Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

ANO I — N.º 12 — 6/12 a 20/12 DE 1974 — QUINZENAL — 2$50
DIRECTOR INTERINO E PROPRIETÁRIO: MARÍLIA GOUVEIA (AVENÇA)

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

O CAPITALISMO EXPLORA DURANTE O TRABALHO.
EXPLORA TAMBÉM NOS TEMPOS-LIVRES
COMO?

OS TRABALHADORES HABITAM LONGE DO LOCAL DE TRABALHO E PAGAM OS TRANSPORTES.
AS CASAS SÃO MÁS E CARAS.

O NOVO REGIME QUER USAR OS TRABALHADORES COMO FORÇA DE TRABALHO GRATUITA PARA CONSTRUÍREM AS SUAS CASAS DURANTE OS TEMPOS-LIVRES.

A LUTA NOS BAIRROS É UMA LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO DURANTE OS TEMPOS-LIVRES

VALONGO — OPERÁRIOS NÃO PRECISAM DOS PATRÕES

(PÁG. 2)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

LUTA NA EMIVAL — EXPLORAÇÃO DAS MINAS VALONGO

COMB — Quais as razões que os levaram a porem as minas em funcionamento?

A — Em síntese passou-se o seguinte: Esta fusão que procuram fazer, alguns chamam-lhe couto mineiro, que não é couto mineiro, é uma fusão de várias empresas numa só para poder fazer mais tarde a lousa aglomerada que é quase como o tabopan e com um fabrico especial transformar isso em placas. Talvez há dois anos que andam a ventilar esse assunto e nós achamos justo que se fizesse isso porque beneficiava não só as entidades patronais como a classe trabalhadora. Evidentemente que chegaram a uma altura em que deram os verdadeiros passos para isso e que o Estado deu a a sua adesão. O patrão começou a dizer que as responsabilidades dele cessavam a partir do dia 1 de Novembro e que passariam a ser da futura empresa que é «Lousas de Portugal, Lda.» e que as responsabilidades, pelo menos, eram deles. Como durante o decorrer de toda a semana ele não havia meio de se pronunciar nem sobre o pagamento nem sobre o que deviamos fazer nem o que deixávamos de fazer, eu comecei a entrar em contacto com as outras firmas para saber o que se passava e todos eram unânimes em dizer que a responsabilidade cabia ao nosso patrão até fins de Fevereiro porque isto ainda não tinha uma forma jurídica e enquanto não tivesse forma jurídica cada um é responsável pela sua empresa.

Ele empaliou, empaliou e chegou ao fim da semana e não se apresentou com o dinheiro. Além disso, as indemnizações ao pessoal são grandes porque há aqui pessoal sem receber férias nem subsídio de férias nem horas extraordinárias. Isto tinha sido focado. Na semana anterior queria que o pessoal lhe perdoasse e eu disse que não. Eu podia-lhe perdoar o débito pessoal mas aos outros é que não admitia, teria que lhes pagar. Ele desde esse dia nunca mais cá apareceu, quer dizer, não veio com dinheiro. Até que tive uma reunião com ele e com os outros do «couto mineiro», que não é couto mineiro, digamos a futura fusão, tive uma entrevista com eles na Direcção-Geral de Minas que foi presidida pelo Sr. Eng.º Cunha Lima e verifiquei que através de tudo o que os outros disseram, que o nosso patrão mentia-nos, enquanto que a verdade, a realidade dos factos estava do lado dos outros.

No sábado passado tive uma entrevista com o Dr. Angelo Cabral do Ministério da Economia e com o Sr. Dr. Magro que era o que estava nesse lugar mas passou para delegado do Governo junto do Banco Nacional Ultramarino. Ele com poucas palavras explicou-nos os factos do que estava... de todas as ocorrências e nós chegaà conclusão que a responsabilidade era do nosso patrão. Ele foi simplesmente, digamos assim, um bandido, que eu não posso classificar uma pessoa dessa maneira, doutra maneira sem ser essa. Porque um homem que tinha possibilidades, que nos últimos quinze dias tinha recebido centenas de contos, que deixou o operariado preso por 42 000$ não é razão para que nos voltasse as costas. E, até hoje, isto continua abandonado por ele e continua a ser gerido por nós e temos feito, vá lá, umas coisas muito razoáveis, mesmo muito razoáveis e se continuar assim isto endireita em pouco tempo. Bastará, para isso, dizer que num prazo de 15 dias conseguimos ressalvar os salários todos e ainda pagar dívidas dele, dívidas que ele deixou em aberto. Estamos a amortizá-las. Evidentemente que não podemos continuar assim. Isto tem que ter uma gerência, seja da futura fusão, seja independente, seja da maneira que for, ele terá que abdicar, porque senão abdicar, eu, na minha qualidade de gerente peço uma reunião de credores. Participo ao Estado, peço uma reunião de credores, peço uma junção, peço as contas. Evidentemente se os valores não dão nem para um terço do passivo isto é obrigado a ir ao ar. Estou a aguentar para não querer prejudicar a classe operária porque eles são as etervítimas, porque alguns têm sete e oito filhos, não têm outros meios de subsistência, é só o braço deles que conta, isso para nós é que está em causa, porque se houver aqui, vá lá, uma meia dúzia deles que terão meios de subsistência, outros que têm acesso a outros trabalhos com facilidade são... há outros que tarde ou nunca se chegarão a empregar. E tem sido aquilo que verdadeiramente tem mentalizado a comissão que está a gerir isto para que não falte o pão a cada um porque todos no fim de semana têm um bocado.

COMB — Quem são as primeiras pessoas que propõem a fusão das minas? Os patrões? Os operários das diversas minas?

A — São os donos das minas que se propõem fazer essa fusão com o patrocínio do Estado, porque isto envolve milhares de contos.

COMB — Há pouco disseste que foste falar às outras Minas. Falar com quem? Com os patrões?

A — Eu falei com os patrões das outras minas do... da futura fusão, das futuras Lousas de Portugal que é precisamente a empresa que vão criar e todos foram unânimes em me explicar que cada empresário é responsável pela sua firma pelo menos até fim de Fevereiro até isto ter uma forma jurídica. Enquanto não tivesse uma forma Jurídica cada um tinha... teria que se resolver ou governar pelos seus próprios meios com os seus recursos. Enquanto todos compreenderam isso e cumpriram, o nosso foi o único que nos voltou as costas. Foi o único que procedeu não como homem, não é?

COMB — Como apareceu a comissão de trabalhadores?

A — Foi criada por nós próprios.

B — Pelos operários todos.

A — Nós reunimos o pessoal todo, não é, e lembrámo-nos de criar uma comissão e eu versei dois factos: ou entramos numa greve geral, que não poderíamos ocupar as instalações, únicamente poderíamos circundar o trabalho e não deixar o acesso à mina; ou noutra hipótese continuavamos a laboração e garantíamos a subsistência de cada um. Como não havia recursos e os rapazes não tinham recursos **nós vamos trabalhar** e foram trabalhar. Eu consegui um empréstimo nessa semana de quarenta e dois contos e paguei ao pessoal e enfim já o amortizámos. Não quero dizer com isso que seja inteiramente lucro, que não é porque nós temos previdência, temos seguros, temos rendas temos enfim muita coisa para pagar. Mas o que é certo é que nós num espaço de quinze dias tínhamos os salários completamente, que era a parte que nos interessava mais, resolvida. E já amortizamos cerca de quinze mil escudos de... de débito, não contando esses quarenta e dois contos que foram amortizados intactos e estamos a lutar contra o passivo, numa parte até que discordámos. Nós respondemos por um passivo, ou por outra, por todas as dívidas que contraímos a partir do dia 1 de Novembro. Aliás, até não era a partir do dia 1 de Novembro, era a partir do dia 11 de Novembro, porque a mercadoria do dia 1 ao dia 8 de Novembro ele, tudo quanto produzimos embarcou e recebeu esse dinheiro **acabotou-se** com ele. Portanto, praticamente a nossa responsabilidade era a partir do dia 11. Mas há casos como sejam, caixas de Previdência, Nacional de Seguros, companhia de seguros na parte de acidentes, ou seja A Mundial, Imposto Profissional, Desemprego, são coisas que caiem sobre a firma e que nós teremos de amortizar. Eu tenho, agora, até aqui uma penhora pelo Estado na razão dos sessenta e tal contos que nós não temos possibilidades momentâneas de liquidar e estou à espera que eles venham cá para selar máquinas. Evidentemente que nos vamos opôr.

COMB — Mas o que é isso da penhora?

A — Não foi empréstimo nenhum. Foi dívidas que ele deixou à Previdência, que ele recebia e não pagava. Nunca pagou à Previdência. Deve à Previdência para cima de duzentos e vinte contos. É um débito ao Estado, de maneira que esses débitos estão a recair sobre nós. Ora nós respondemos pelos actos dele. Evidentemente que nós já metemos um recurso ao tribunal. Não foi deferido porque o delegado do Ministério Público opôs-se e eu estou nesta disposição: quero perguntar ao Governo, ao Estado, se isto é democracia se é fascismo. Eu para mim a partir do dia 25 de Abril aqui na Lousa está a imperar o fascismo não a democracia. Porque se houvesse democracia sendo isto uma... um material que se exporta, que são divisas que entram para o Estado, que está em causa a subsistência dos trabalhadores, que são 30 e tal chefes de família que ficam abandonados, que representam, talvez, para cima de cento e cinquenta pessoas. Qual o motivo porque agora nos vêm com a penhora por débitos não contraídos pelo pessoal, por um capitalista que foi fascista, 100% fascista que só pensou em passeios. Vai o pessoal responder por essas dívidas? Agora se o Estado quer que nós criemos aqui nas minas uma quadrilha de salteadores, sim senhor, nós estamos de acordo. Criamo-la aqui nós. Criamo-la e eu passo a ser o comandante, o chefe da quadrilha. Vamos para a frente porque desde o momento que nos cortem os meios de subsistência e se o pessoal não tem ocupação em parte nenhuma o que é que devem fazer? Se querem que roubem, se querem tornar pessoas honestas em ladrões, iremos para isso. É isso que nos trouxe a democracia? Pois eu posso dizer que aqui somos verdadeiros democratas.

COMB — Quantas pessoas compõem a C. G. e qual o seu funcionamento?

A — Oito. Evidentemente as contas são todas controladas. Tudo comunicado. Comunicado além de que todas as vendas e compras que se efectuem são controladas pela comissão e dá-se a saber ao resto do pessoal. Porque isto não é nosso é de todos. E se há uma comissão na frente não quer dizer que essa comissão seja proprietária, seja dona disto, que não é. A responsabilidade embora seja da comissão pertence a todos e teremos contas a prestar amanhã à entidade patronal, à fazenda pública, a intersindical... aliás já estamos a prestar contas ao sindicato e à união dos sindicatos. As contas estão todas controladas, mesmo a nosso pedido, temos assistência técnica por engenheiros de outras firmas, recorremos a eles para não estarmos completamente desamparados e queremos um controle rigoroso, rigorosíssimo mesmo.

COMB — O patrão não aparece, não paga e vocês põem as minas a laborar, pagam as dívidas do patrão e não gastam todo o dinheiro em ordenados. Pergunto: se de hoje para amanhã tiverem as dívidias pagas e o patrão aparecer vocês entregam-lhe as minas?

A — Não... Não!

B — Se ele pagar...

A — Nem assim, nem assim.

C — Chega lá e presta contas com todos os operários, isto automaticamente é dele que isto não é nosso. Agora enquanto não fizer contas com os operários, enquanto não nos der aquilo que é nosso, o nosso suor que aqui está enterrado, é um patrão sem... não pode ter consideração perante o operário.

(Jornal da Greve (suspensa) Efacec/Inel)

COMB — No fundo vocês estão a fazer um trabalho que é para o patrão

A — Pois, evidentemente que é dele.

B — Evidentemente que é dele...

A — Os lucros não são...

B — Pois...

A — Os lucros se os houvesse aqui nós não chegávamos a esse ponto porque o passivo anda na razão dos mil e quinhentos contos. Ora, portanto, nós não temos tempo, praticamente de ressalvar... de recuperar um atraso desses. Mas se tivéssemos e que recuperássemos, e tivéssemos até dois, três mil contos de lucro, evidentemente que não lhe negávamos o trabalho. Mas todo esse lucro seria... reverteria a favor ou dos desprotegidos da sorte ou das Forças Armadas, e ele não levava um centavo daqui, porque se nos abandonou não é digno do nosso esforço, do nosso suor.

COMB. — Juridicamente o patrão é proprietário disto. Mas se ele nunca mais cá aparecer, o que é que vocês pensam fazer?

B — Bem, ele é que há-de dar uma decisão. Ele há-de dar uma decisão. Ele há-de vir cá, ou alguém há-de vir cá, ou ele há-de entregar isto. Dizer: «eu entrego isto, que eu não quero isto para nada». Para não entregar isto, então passa a tomar conta, paga aquilo que nos deve, porque ele deve-nos dinheiro, ficou-nos a dever a primeira semana, e ainda nos deve férias deste ano e subsídios. Portanto, ele chegando aqui, e desde o momento que nos pague aquilo que nos deve, nós imediatamente lhe entregamos aquilo que é dele.

A — Ninguém lhe nega esse direito, nem podemos negar esse direito que é dele mesmo. O que ele terá é que proceder com lisura, com honestidade porque de contrário seria eu o primeiro a lutar para que ele seja banido da região louseira. Porque ele não é digno do povo de Valongo. Não sei, eu por mim lutarei. Eu fui muito amigo dele, íntimo amigo dele, sacrifiquei-me de mais por ele mas vi que ele não mereceu o meu sacrifício nem o sacrifício do pessoal e teremos de o banir daqui do povo de Valongo. Não sei, eu por para fora. Unicamente nós estávamos a lutar para que o Estado tome conta disto de facto, junto com a futura fusão mas que ele fique completamente excluído.

Que deve ficar.

COMB. — Vocês acham que ele não volta mas ele pode pedir, exigir no tribunal que isto é dele?

B — Sim, está bem, ele pode exigir no tribunal que isto é dele, e é dele. Nós não podemos negar isto, porque nós também...

A — Pelo contrário, agradecíamos.

B — Pois, nós até agradecíamos que ele viesse tomar conta disto.

COMB — O que nos parece é que vocês lutam para que não caiam pessoas no desemprego.

B — Pois, nós estávamos a lutar para que não caíssem pessoas no desemprego.

COMB — Mas se ele for para o tribunal e disser assim: «As minas são minhas, o terreno é meu, portanto, eu fecho aquilo...

B — Não. Não a grande diferença é essa, é que o terreno é arrendado.

COMB — Não é dele o terreno, mas são as instalações.

A — São, as instalações são dele, mas o terreno não é dele.

COMB — Vocês lutam para que não haja despedimentos. Se o patrão fecha as minas o que é que vocês farão?

A — Pedimos-lhe as indemnizações e ele pode encerrar.

COMB — Mas, de qualquer maneira, vão para o desemprego.

A — Vamos para o desemprego, mas já não é um caso nosso. Já é um caso que o Governo é que terá que pronunciar-se a esse respeito.

B — Pois é claro!

A — Já não é uma coisa que nos caiba a responsabilidade, porque ninguém é obrigado a ter ao seu serviço pessoal que não quer ou uma empresa ou seja comercial ou industrial que não encare aquilo e se saturou e não quer encarar isto evidentemente que ele pode fechar as instalações em qualquer altura. Desde o momento que tenha as contas em ordem e que pague as respectivas indminizações. Nós nessa parte o que podemos fazer é nós por nós mesmo tomarmos conta dos terrenos com os senhorios e continuarmos com a laboração.

COMB. — Mas é que as instalações continuam a ser dele!

A — Mas isso não importa. Ele desde que encerre tem que vender e nós nessa altura compramos. Nós, o próprio pessoal compramos.

COMB. — E dinheiro para comprar isso têm, há empréstimos?

A — Nós conseguiremos de qualquer das maneiras. Pois se eu já lhe fiz uma proposta há três anos para ele abandonar que lhe alugava isto e dava-lhe dez mil escudos para ele não pôr aqui os pés e geria isto à minha conta e disse ao pessoal, eu administro isto dois anos ao fim de dois anos dou-vos sociedade. É porque entendo que isto dá dirheiro se fosse bem administrado. Agora, digamos assim, com este plano de reivindicações do pessoal que os salários dobraram, os encargos a mesma coisa teremos que pensar muito, mesmo até maduramente porque isto não é ouro negro e de maneira que teremos que lutar com a concorrência estrangeira para que eles valorizem também o artigo para que nós possamos enfrentar todas essas despesas. Não dá para enriquecer. Mas dá para sobreviver.

COMB. — Disse-se que o Sindicato e a União dos Sindicatos já controlam as contas. Vocês são os primeiros, a exigir que haja um contrôle rigoroso. Porque fazem isso?

A — Em duas palavras eu explico isso. Eu compreendi a sua ideia. Nós não temos contas nem devemos contas ao sindicato, nem à União dos Sindicatos, nem intersindical. Mas não podemos esquecer que quer o nosso Sindicato quer a União dos Sindicatos se puseram inteiramente ao nosso dispor, desbravou-nos caminho, deram os primeiros passos, não foi os primeiros passos, deram o verdadeiro arranque para que nós não nos afundássemos. Prestou-nos toda a colaboração. Evidentemente que nós, a Comissão que estamos, temos o acordo de todo o pessoal, em unanimidade. E se prestamos contas, não porque nos sejam exigidas ou que sejam devidas. Prestamos porque queremos amanhã quando tivermos de prestar contas seja às finanças, seja à entidade patronal, temos os factos completamente testemunhados, claros, liso para que não nos possam apontar a mais pequena sombra. Queremos trabalhar com honestidade com lisura. Queremos ser de uma maneira que ele não foi para nós, honestos, lisos. Porque nós recusamo-nos a levantar um centavo que exceda dos nossos ordenados. Os salários do pessoal são evidentemente que... é levantado o resto não pertence ao pessoal.

COMB. — Os lucros que tiram depois de pagar ao pessoal...

A — Não nos pertence.

COMB. — O que é que lhe fazem?

A — Amortizamos o passivo, porque se o passivo anda na razão dos 1500 contos, todas as dívidas que nos forem aparecendo, dentro desses lucros, nós vamos amortecendo. Porque aqueles que confiaram em nós e que a maioria das vezes não era o patrão que comprava eramos mesmo nós, os trabalhadores, temos que responder por eles. E evidentemente que não vamos agora negar àqueles que nos forneceram, e nós sabendo que eles são credores, negar aquilo a que eles têm direito. Portanto todos os débitos que eles apresentam, nós vamo-nos certificar se eles correspondem à realidade. Correspondendo vamos resolver.

COMB. — Por acaso a dívida parece que é grande, mas se a conseguissem amortecer toda...

A — Os lucros eram para as Forças Armadas ou para casas de caridade. Porque nós não podemos ficar com lucros porque eles não nos pertencem. Desde o momento que tiramos a verba que nos diz respeito. Ora evidentemente que os lucros, nessa altura, ele também não os mereceu porque não lutou por eles. Evidentemente que reverteria em obras de caridade ou punhamos à disposição do Ministério do Trabalho para que tivesse o destino que achasse conveniente.

COMB. — Quem produziu esses lucros foram vocês. Se foram vocês que os produziram porque vão entregá-los a outras pessoas e não ficam vocês com eles.

A — Mas é que isso está-nos vedado por lei. A lei não concede que nós vamos agora usurpar os lucros da firma mesmo que depois tenhamos o passivo completamente... nós não podemos gerir a firma por nós mesmo. Isto é uma ocupação de trabalho não é uma gestão. Se fosse uma gestão evidentemente que podíamos repartir os lucros entre todos. Mas como não é uma gestão é uma ocupação de trabalho esses lucros terão que estar à disposição do governo para que o governo lhe dê o destino. Se o governo entender que o pessoal por aquilo que fez foi digno desses lucros e que os reparta entre o pessoal, muito bem que é aceite, mas se entender que lhe deve dar outro destino nós imediatamente concordamos. Não temos a mais pequena sombra de dúvida. Porque reconhecemos perfeitamente que isso não é nosso.

B — Temos que ter sempre algum dinheiro em caixa porque de repente pode rebentar uma máquina nós somos obrigados a mandá-la compor. Pode haver uma semana que haja qualquer, como às vezes acontece, às vezes há uma mina que arrasa que abala ou qualquer coisa estamos às vezes uma semana, dez dias, que não podemos produzir e devemos ter dinheiro em caixa para pagar sequer ao menos os salários. Evidentemente...

A — Vamos ver se evitamos de recorrer como fizemos na primeira semana que nós, praticamente encarregados de serviço, tivemos de nos quotizar entre nós... garantir a subsistência daqueles que não tinham possibilidades. E quiseram mesmo por intermédio do Sindicato entrar numa subscrição junto das outras firmas nós imediatamente opusemo-nos agradecemos, mas não aceitámos porque somos homens válidos e para nós era uma esmola que seria um insulto. Não aceitávamos. Agradecemos penhorados mesmo a oferta que nos fizeram. E por nós mesmo procuramos socorrer os mais necessitados. Num espaço de 15 dias conseguimos liquidar todos os salários. Evidentemente que há muita e muita dívida para pagar, muita responsabilidade e não podemos trabalhar de ânimo leve. Temos que ter uma cabeça fria medir a noção das responsabilidades, que é aquilo a que eu chamo a atenção, que as responsabilidades são enormes. Teremos de lutar muito porque teremos de lutar com tribunais por causa de penhoras que nos estão a mover, do passivo que ele deixou para que isto não seja cancelado. Porque de contrário se isto for para uma penhora evidentemente que em primeiro lugar será o Estado e em segundo será o pessoal, os outros credores ficarão para a rectaguarda. Mas isto não dá nada para ninguém nem para o Estado nem para nós. Ora, nós não cremos desde o momento que as minas são ricas, riquíssimas mesmo, embora estejam em embrião estão por explorar, ainda demora o seu tempo. Procurámos desbravar os terrenos porque aqui está uma fonte de receita riquíssima e que mais tarde pode estar muito bom. Evidentemente que não vamos negar agora àqueles que nos forneceram, os credores, negar aquilo que é deles somos os primeiros a reconhecer porque as pessoas honestas não vivem de roubos. Não queremos a mínima sobra de dúvida a esse respeito e todo o credor que nos tem aparecido digo-lhe sempre: nós pagamos, prazo não sabemos, dêem-nos tempo. Nós não temos verba em caixa, não temos reserva e como não temos reserva deixem-nos ganhar dinheiro. Conforme ganharmos vamos amortizando os casos aqueles mais permentes que nos apareçam ou aqueles de mais responsabilidade. E é isso que nós procuramos fazer.

(Continua na pág. 6)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

EDITORIAL

LUTAS URBANAS

Têm-se desenvolvido ultimamente uma série de lutas relacionadas com problemas de habitação. Por exemplo, os moradores da rua D. João IV (Porto), um dos subalugas, têm constituído piquetes para se oporem a uma ordem de despejo que recai sobre eles. Por outro lado, os habitantes dos bairros camarários lutam contra o regulamento camarário, organizando-se para o efeito em comissões de moradores. Nas «ilhas», os habitantes recusam-se a abandonar os locais geograficamente estratégicos que habitam.

As lutas urbanas estalam aqui e ali, precisamente nos locais onde é «obrigada» a habitar a maior parte da classe operária.

De facto, não é por acaso que os trabalhadores são expulsos das zonas centrais das cidades (ilhas e subalugas) e obrigados a habitarem os anéis periféricos das mesmas (onde se localizam os bairros camarários), em casas construídas para durarem 15 ou 20 anos. A procura máxima do lucro, que caracteriza o modo de produção capitalista (seja capitalismo de Estado ou privado), exige que o valor da força de trabalho, pago sob a forma de salário, não aumente desmesuradamente. Ou seja, é necessário que as necessidades de consumo dos trabalhadores sejam tanto quanto possível reduzidas a um mínimo necessário à sua sobrevivência.

A cidade, centro de «comércio» e «cultura» por excelência, só é acessível aos trabalhadores que habitam as zonas periféricas durante os fins-de-semana onde eles gastarão os restos do seu salário.

É por ser o centro de consumo, e é por ser também o local onde se instala todo o aparelho burocrático, que os terrenos aí situados se valorizam.

É por este motivo que a classe operária se vê expulsa para a periferia onde se edificam os ditos bairros sociais, que são justamente construídos para uma duração de 15 ou 2 0anos, tempo necessário para a valorização do terreno.

Além de viverem longe do centro da cidade, os trabalhadores são distribuídos nas zonas periféricas, onde habitam de forma a que os seus camaradas de trabalho não se concentrem na mesma zona habitacional, impedindo-os assim de discutirem sobre os conflitos surgidos nos locais de produção.

Grande parte dos chamados «tempos livres» dos trabalhadores é gasto em transportes morosos e aborrecidos, destinados a vencerem o espaço que separa o local de trabalho do local onde habitam.

Mas, apesar de todas as tentativas de isolamento e parcelização dos trabalhadores, estes têm sabido encontrar na sua luta formas organizativas autónomas adequadas à luta concreta. Desde as comissões de moradores eleitas e controladas pelos habitantes do respectivo bairro, até à transformação dos centros sociais em locais de discussão dos seus problemas, os trabalhadores têm-se oposto ao isolamento que o sistema lhes opõe e à integração pelo poder «democrático» (veja-se tentativa de substituição das funções dos fiscais do regime fascista para as comissões de trabalhadores.)

Pretende o Governo Provisório resolver o problema da habitação dos trabalhadores fazendo com que sejam os trabalhadores a construírem as suas próprias casas, com a ajuda de funcionários pagos para o efeito. Serão, pois, os trabalhadores que, depois de um dia de trabalho dedicado a construírem as moradias dos capitalistas ou a fabricarem as mercadorias que serão vendidas nos estabelecimentos que os trabalhadores construíram, que terão de construir nas «horas vagas» os locais onde poderão habitar.

Qual é o objectivo do governo criando os SAALS (Serviços de Apoio Ambulatório)? Tentando controlar a luta que os trabalhadores estão a desenvolver autonomamente, o governo pretende ainda fazer com que os trabalhadores depois das 8 horas normais nas fábricas, na construção civil, nos estaleiros, etc., trabalhem gratuitamente as horas que lhes restam para construírem a sua própria habitação.

LUTA DOS MORADORES CONTRA A SUBALUGA—PORTO

4.º Comunicado dos moradores do prédio de subaluga da Rua D. João IV, n.º 402

Apelo feito numa reunião de comissões de bairros camarários por um inquilino do subaluga:

«O nosso caso é muito diferente deste que estão aqui a tratar, mas isto interessa a toda a gente — à classe trabalhadora, não aos capitalistas. Para já, habitamos uma casa onde estamos a ser explorados por uma subaluga na Rua D. João IV.

Em Setembro tivemos um curto-circuito e chamámos a atenção à subaluga para fazer obras e ela acabou por se recusar; não queria saber nem lhe interessava.

Fomos pagar-lhe a renda e ela não quis receber.

Chamamos a atenção dos jornais (não só para as manobras da Subaluga que estamos a sofrer, mas também para as condições desumanas de habitação a que estamos sujeitos); temos andado por todo o lado — fomos à Câmara, ao Fomento da Habitação, já fomos à Televisão... temos feito uma propaganda enorme porque isto interessa a toda a classe trabalhadora, não interessa aos capitalitas.

O sr. vice-presidente da C.M.P. é um anti-fascista — não quer saber; o sr. governador civil do Porto também é outro anti-fascista — também não quer saber; empurram-nos para a Intendência e lá acabaram por nos dizer que isto não é especulação: ora, se ela paga 4500$00 de aluguer ao senhorio e recebe de nós 13 000$00 — isto não é considerado especulação?!!! Bem, eu acho que é!!!

Agora a subaluga levou-nos a todos para o tribunal com ordem de despejo.

Temos corrido para todo o lado para alertar a classe trabalhadora de que ainda existe fascismo neste país, porque isto não mudou, e não muda... só os trabalhadores unidos podem acabar com o capitalismo.

Nós pedimos o apoio de todos os operários para quando se der a primeira ordem de despejo porque nós, pelo lado da justiça vamos mesmo para a rua (porque a justiça está cega — nós somos trabalhadores, nós é que construímos os prédios para os capitalistas habitarem e nós não temos direitos nenhuns. Pedimos então o apoio de todos os operários para quando se der a primeira ordem de despejo que nós noticiaremos. Ajudem-nos nessa altura, que é necessário, porque apesar do vosso caso ser diferente, todos juntos...

Hoje estamos nós a precisar do vosso apoio, amanhã, se vocês precisarem do nosso, estamos prontos para vos defender seja de quem for».

O nosso Governo Provisório pede-nos para lutar contra a reacção. Porque é que o Governo não se junta às nossas lutas? Dizem que estão do lado dos trabalhadores, mas quer o Governador Civil, quer a Câmara, quer tribunais e os advogados põem-se contra nós ao lado da Subaluga.

O sr. dr. Araújo de Barros (que é director do inquilinato) diz que é presidente de uma associação de benfeitores e anda a pregar a moral pelas cadeias e afinal anda a defender a causa da Subaluga. Se estivesse ao lado dos trabalhadores nunca tomaria tal atitude.

Tendo pago sempre a renda, que engloba água e luz há cerca de um mês, vieram cortar a luz com o argumento que não tinha sido paga. Ora, nós pagamos à Subaluga, ela é que a não pagou. Através de uma campanha de solidariedade que então fizemos, conseguimos arranjar o dinheiro suficiente para pagar a luz que, aliás, já tinha sido paga à Subaluga na renda. Para ter um motivo para nós pôr na rua, a Subaluga tem-se recusado a receber as rendas de casa, para formar uma hospedaria igual à que ela tem, porque lhe dá mais lucro.

No dia 20-11 surgiu um problema: vinham cortar-nos a água, que ela já não pagava há três meses. A conta cifrava-se em 1820$00. Apanharam-nos desprevenidos porque ainda por cima recebemos um aviso do 5.º Juízo Cível do Porto em que teríamos de pagar 1150$00 provenientes das custas do processo movido pela Subaluga.

Daqui fazemos um apelo à solidariedade de todos os trabalhadores, que compreendam em que situação estamos e em que estaremos se formos desalojados. As pessoas que queiram colaborar tragam o que conseguirem à Rua D. João IV, 402.

CONTRA AS MANOBRAS DOS EXPLOORADORES
SOLIDARIEDADE OPERARIA

TAP LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Comunicado dos metalúrgicos e electricistas

Tendo-se realizado um plenário de operários metalúrgicos e electricistas para discussão de assuntos relacionados com o A. C. T./TAP, decidiram os trabalhadores presentes, alterar a ordem de trabalhos para discussão do grave problema que já começou a atingir os trabalhadores da TAP.

OS DESPEDIMENTOS

A mesa constituída por assessores dos Metalúrgicos e Electricistas da C.S., informaram que a mesma tendo tomado conhecimento que os salários dos seis operários, seus camaradas, tinham-lhes sido cortado.

Em face disto decidiu a Comissão Sindical deslocar-se à TAP para contactar a Administração, a qual informou que «por engano», pagara aos referidos trabalhadores, uma vez que os considera despedidos desde Setembro, altura em que as Forças Armadas despediram duas equipas de operários; alguns trabalhadores na Assembleia, também confirmaram esta afirmação.

Neste sentido diversos trabalhadores interviram, considerando-se no entender da generalidade dos oradores que a actuação dos dirigentes dos órgãos ditos representativos dos trabalhadores não se tem situado de modo a defender os seus verdadeiros interesses, especialmente consideravam incorrecta a forma como as direcções «querem fazer face aos despedimentos, sem a mínima agitação e consciencialização das massas pois só estas podem, defender os abusos do capitalismo.

Na sequência de crítica à actuação das direcções dos Sindicatos, foi aprovado um «VOTO DE DESCONFIANÇA ÀS DIRECÇÕES».

Foi também informada a Assembleia que até ao momento, se tinha detectado uma lista de indivíduos que depuseram como testemunhas de acusação, em relação aos trabalhadores suspensos e pretensamente despedidos.

A lista divulgada foi a seguinte:

Chefes de secção: Aníbal Magalhães; Carlos Alberto; Rogério Jacinto; Portugal.

Cont. Chefes de Mecânicos: Semião; Raposo; Adriano; Calqueiro; Bernardo; Pinto; Cambalacho e Américo.

Chefes de Mecânicos: Matos; Madeira; e Nascimento.

Chefe de Verificação: José Luís, Vitorino.

Chefes de Grupo: Afonso; Martinho; Higino; Espanha; Veríssimo; e Grácio.

Deste grupo de indivíduos, estava presente o Sr. Madeira, que perante a Assembleia disse nada ter a declarar. Face a esta posição os operários manifestaram-se contra a presença de falsos amigos dos trabalhadores.

Então o Sr. Madeira disse que quando interrogado, declarou que os trabalhadores, não tinham trabalhado e mais não disse, por não saber.

Os debates sobre a questão de despedimentos visou a «MOÇÃO APROVADA» no plenário geral de trabalhadores em 18-11-74, que pela sua importância se transcreve:

1. Apresentar o seu mais veemente repúdio por qualquer tentativa de despedimento.
2. Não permitir que o possível processo de nacionalização da TAP contribua para justificar despedimentos.
3. Exige a reintegração imediata dos trabalhadores suspensos e dos trabalhadores ditos despedidos.
4. Repudiar qualquer espécie de sanção a aplicar aos trabalhadores referidos anteriormente.
5. Solicitar a divulgação dos processos elaborados pelas autoridades militares por todos os trabalhadores da TAP assim como a todos os órgãos de informação.
6. Não reatar as negaociações do ACT, enquanto não se proceder à reintegração de todos os trabalhadores abusivamente afastados da TAP.
7. Encarregar a mesa deste plenário de dar conhecimento das decisões referidas à Administração da empresa e às autoridades militares.

A Assembleia decidiu levar a amplas discussões nas BASES, os pontos discutidos no plenário. Foi exaltada a necessidade dos trabalhadores se organizarem nos locais de trabalho de forma a permitir uma resposta correcta aos despedimentos.

Decidiram os trabalhadores levar à prática o teor da MOÇÃO isto é, não permitir a efectuação de despedimentos.

Generalizando a discussão a todos os trabalhadores para que em plenário a efectuar na próxima segunda-feira se possa abordar as posições a adoptar em face dos acontecimentos.

Lisboa, 26 de Novembro de 1974.

A MESA DO PLENÁRIO

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

CONSTRUÇÃO CIVIL — SUL

COMB. — Podem fazer rapidamente uma resenha do que tem sido a luta dos operários da construção civil do Sul?

OP. A — A luta tem sido tremenda. A luta tem sido grande aqui com o pessoal da construção civil na zona sul, porque houve determinados problemas, segundo informações que a gente tem, com a comissão que lá está. A comissão que lá está tem sido uma comissão que em certos aspectos tem sido digna de louvor, que a gente pode-o afirmar, algumas coisas eles têm conseguido. Conseguiu ordenados que na zona sul não havia. Conseguiram 45 horas que era uma coisa que nós nunca tivemos. Evidentemente que há muitos operários que estão contra a comissão dizendo que ela podia ter feito mais do que aquilo que fez, e eu nesse ponto até concordo, mas evidentemente que muitas das coisas não podem ser feitas de um momento par o outro porque nós andámos 48 anos à espera disto mudar e evidentemente que também não é de um momento para o outro que se pode resolver qualquer coisa. Quando agora têm surgido outros problemas segundo aquilo que a gente sabe — e o problema maior foi o caso de a comissão ter deixado o grupo D/E por resolver. Começaram-se a formar umas correntes contra essa comissão. De facto, a comissão na altura, segundo aquilo que se leu nos jornais no dia 8 de Junho quando fizeram as negociações com o Grémio, não explicava se havia diferenças de grupos ou de zonas. Ora, evidentemente que se um operário pertence ao grupo D pensei que poderia ficar com o ordenado tal qual como os primeiros oficiais ou segundos, consoante a categoria que me desse o meu patrão, mas evidentemente que a surpresa foi grande quando verifiquei que de facto não estava abrangido por esse contrato que foi feito para a construção civil.

A comissão devia ter tomado uma posição de força, forçar o Grémio a entrar em negociações directas, o que não aconteceu. Tem estado a arrastar e há o descontentamento geral desses trabalhadores, que são uns milhares e portanto nós achamos que isso devia ter sido feito logo à partida, porque isso foi logo detectado. Assim que começaram a surgir os problemas deviam ter sido logo tratados. Mas isto tem-se arrastado vários meses e nós, portanto, como trabalhadores lesados até estamos na disposição de tomarmos nós a iniciativa de manifestarmos perante o Ministério e perante o Grémio, o nosso descontentamento.

COMB. — Podem explicar as diferenças que há entre a chamada comissão provisória e a chamada comissão pró-sindicato?

Podem explicar quais são as diferenças fundamentais entre a actuação da comissão pró-sindicato e a actuação da comissão provisória?

OP. A — A comissão pró-sindicato foi uma 1.ª comissão que estava no sindicato, quer dizer, que tomou conta dos destinos do Sindicato. Mas no dia 7 de Maio, salvo erro, não estou agora bem lembrado mas deve ser isso, houve uma reunião no Pavilhão dos Desportos onde essa comissão foi censurada porque não levava um programa definitivo daquilo que ia fazer. No dia 8 ou dia 9 foi formada esta comissão que agora está lá no Sindicato. Mas esta comissão que está no sindicato era formada por 9 ou 10 elementos e agora, segundo eu tenho tido também ocasião de ver e saber, está formada com 3. Está formada com 3 porque, é claro, houve muitos deles que começaram a ficar pelo caminho, outros não quiseram andar na luta, porque não tivessem vida ou não sei, verdadeiramente o que é que se passou com esses homens mas sei que, actualmente, estão 3 elementos. 3 elementos que fazem parte da comissão. Ora, evidentemente que também com 3 elementos era pouco. Então, há dias, houve uma reunião ali, para os empregados de escritório e onde me chegou aos ouvidos que tinham pedido mais pessoal para ajudar essa dita comissão. Os 2 elementos na comissão, ou 3, são homens que merecem um bocado de confiança por parte dos trabalhadores porque são aqueles indivíduos dinâmicos, indivíduos com força, quer dizer, que puxam o próprio trabalhador. Nós, como trabalhadores, gostávamos que fossem todos como aqueles 2 ou 3 homens que lá há, agora, porque se fossem todos da mesma qualidade evidentemente que eles poderiam fazer melhor porque o nosso Sindicato é um Sindicato forte, é um Sindicato que, segundo tem vindo até no jornal, tem 120 000 operários. Ora nós com 120 000 operários não precisamos de ninguém para nos auxiliar. Nós com uma força e uma boa direcção, ou uma boa comissão, conseguimos que todos os nossos obstáculos fossem derrubados sem pedir auxílio a ninguém.

COMB. — O Sindicato da Construção Civil não está integrado na Intersindical. Podem dizer quais as razões porque é que este Sindicato não se integrou na Intersindical?

OP. B. — O próblema de não ter entrado na Intersindical foi um problema de princípios. A primeira comissão estava representada na Intersindical, pois eram indivíduos conhecidos dos elementos da Intersindical e portanto tiveram todo o apoio deles. Uma vez que esses indivíduos saíram, esta nova comissão foi falar com os elementos da Intersindical e esses elementos não aceitaram a representatividade desta nova comissão. A partir daí, pois, automaticamente, têm surgido variadíssimos problemas com essa comissão. Foram logo falar com eles (os da Intersindical), foram mal recebidos e foi-lhes dito que não os aceitavam nem como observadores. Têm formado uma corrente contra essa comissão, não só através de partidos políticos, que ultimamente se tem vindo a agravar na medida que se está a aproximar as eleições. É evidente que segundo eu tenho observado a comissão já pôs esse problema ao conhecimento dos delegados sindicais.

Por sua vez a comissão provisória entende que aderir ou não aderir à Intersindical é um problema dos trabalhadores e não problema da Comissão pois agora segundo eu sei já está na disposição de aderir à Intersindical. É evidente que também temos conhecimento da Intersindical ter elementos que não são verdadeiramente trabalhadores. São indivíduos portanto que têm tomado variadíssimas atitudes, sem consultar os trabalhadores. É o caso, por exemplo, do outro horário que fizeram há pouco tempo no Porto em que foi aprovado por unanimidade por elementos da Intersindical mas não pelos trabalhadores. Isto prova que a Intersindical não estava a defender os interesses dos trabalhadores, está a tomar atitudes nas costas dos trabalhadores e por isso tem a comissão provisória tomado a posição de não aderir sem que a coisa seja feita pelos próprios trabalhadores.

COMB. — Vocês podem explicar qual é mais ou menos a estrutura neste momento do Sindicato? Como é que os trabalhadores participam nas decisões dessa Comissão?

OP. A — O problema dos trabalhadores, participando na ajuda que possam dar à Comissão provisória tem sido praticamente nula. Praticamente nula, porque essa mesma comissão provisória desligou-se totalmente dos trabalhadores. Tem tomado decisões e tem tomado atitudes sem consultar os trabalhadores o que é grave. Eu acho, portanto, que para se tomar determinadas atitudes é necessário consultar em primeiro lugar os trabalhadores. E a partir daí tomar as atitudes, o que não acontece. Os trabalhadores estão completamente afastados do Sindicato, estão afastados da comissão provisória e estão a tomar as atitudes individualmente, portanto, estão a formar contratos com as empresas a nível do Ministério e não resolvidos por eles, o que achamos ser bastante grave. Temos agora um problema desse mesmo grupo D/E. Havia necessidade de fazer uma força dos trabalhadores perante o Ministério do Trabalho. Já foram consultados alguns trabalhadores, que realmente querem aderir a essa manifestação e eles dizem que não estão realmente interessados na comissão provisória que nada fez por eles. Como estão próximas as eleições aguardam mais o sacrifício, aguardam, portanto essa altura para poderem decidir e auxiliar quem os veja e os defenda, e portanto, que os chame a participar na vida do Sindicato.

(Continua na pág. 7)

A LUTA DOS TRABALHADORES TAP A LUTA PELA VERDADE

NA MADRUGADA DO DIA 31 DE NOVEMBRO, NO PROGRAMA "NOTURNO" DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS, O SR. EUGÉNIO ROSA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, PRONUNCIOU-SE SOBRE A SITUAÇÃO NA TAP. ESTE SR. RELATOU OS ACONTECIMENTOS E INTERPRETOU OS FACTOS: TUDO EXISTIU - DESDE MENTIRAS A FALSAS COMPARAÇÕES COM A SITUAÇÃO DE TRABALHADORES DE OUTRAS EMPRESAS, PARA QUE ESTES SE COLOQUEM CONTRA OS SEUS CAMARADAS DA TAP E A SUA LUTA FACE AO APADRECIMENTO DESTA NOVA ESCRAVADA DE CALÚNIAS, PROMOVIDA DIRECTA OU INDIRECTAMENTE PELAS ENTIDADES OFICIAIS E RESPECTIVOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DEVIDAMENTE CONTROLADOS, OS TRABALHADORES DA TAP, REUNIDOS EM PLENÁRIO NO DIA 2 DE DEZEMBRO, DELIBERARAM:

— QUE FOSSE REALIZADA UMA MESA REDONDA EM DIRECTO, NA RÁDIO, TV E IMPRENSA, COM A PRESENÇA DE TRABALHADORES TAP REPRESENTANDO OS SEGUINTES SERVIÇOS: — D.M.E., ELECTRICISTAS, ADMINISTRATIVOS E VOO, E AINDA COM A PRESENÇA DO SR. EUGÉNIO ROSA

— QUE ESSA MESA REDONDA SE REALIZE O MAIS DE PRESSA POSSÍVEL, DEVENDO A MESMA SER ANUNCIADA, POR TODOS OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ATÉ 48 HORAS ANTES DA SUA REALIZAÇÃO;

— QUE FIQUE A COMISSÃO SINDICAL ENCARREGUE DE PROVIDENCIAR JUNTO DAS ENTIDADES COMPETENTES, NO SENTIDO, DA EFECTIVAÇÃO DA MESA REDONDA.

OS TRABALHADORES DA TAP EXIGEM QUE A VERDADE SEJA CONHECIDA POR TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES, E QUE A SUA LUTA SEJA CONHECIDA EM TODA A SUA EXTENSÃO, PARA QUE TODOS OS PORTUGUESES SAIBAM QUEM E QUE FAZ OBJECTIVA E SUBJECTIVAMENTE, O JOGO DA REACÇÃO E O DO CAPITAL.

(DOSSIER BAIRRO DO CERCO—PORTO)

A RENDA RESOLÚVEL FOI UM ERRO DE TODAS AS COMISSÕES

1. Bairro construído há cerca de 14 anos, para durar só 30 anos ao fim dos quais estariam inabitáveis.

2. Os moradores eram recrutados de casas demolidas (ilhas) ou então entravam com uma «cunha» na Câmara.

3. Já antes do 25 de Abril os moradores se tinham organizado e quotizando-se montaram: posto de enfermagem, sala de estudos, sala de convívio, fundo de auxílio mútuo, café, etc., utilizando para o efeito as caves dos blocos que a Câmara cedera.

4. Quando os centros de encontro se começaram a transformar em centros de discussão dos problemas comuns, a Câmara começou a opor-se à sua existência.

5. É construído o Centro Social (CS) passando para estes todas as actividades já organizadas excepto o futebol e a pesca. Aí funciona também uma creche e um jardim infantil. Não é permitido às assistentes sociais o convívio com adultos.

6. Alegando dificuldades económicas da «OBRA» é vendido todo o material que tinha sido comprado por quotização colectiva dos moradores. Anteriormente tinha já sido proibido pela Câmara a realização de qualquer actividade que permitisse a reunião colectiva excepto claro, para miúdos até à idade escolar (creche, jardim infantil). Foram assim fechados: salas de estudo, café, convívio, etc., só ficando os clubes de pesca e futebol, que continuavam a ser nas caves dos blocos.

7. A necessidade de reunião e discussão colectiva continuava no entanto a manifestar-se através das tentativas de reorganização de lugares de encontro. Note-se que durante o período em que estas actividades estiveram centralizadas no CS, eram completamente dominadas pela «OBRA», e por outro lado tinham sido sempre, em princípio, mais ou menos reprimidas.

8. 25 de Abril. O CS é reaberto para todos os moradores a 15 de Maio.

9. Entretanto tinha sido forjado um grupo de pessoas, que através da conversa do dia a dia, nos cafés, etc. tinha chegado à conclusão da necessidade de os moradores se organizarem. Convocam para o CS uma primeira assembleia geral dos moradores que deu barraca; convocam uma segunda reunião na qual comparece muita gente e em torno da qual é feita muita publicidade (R.T.P., etc.). Nessa reunião o grupo de pessoas que a convoca propõem-se como comissão de moradores, sendo aceites por aclamação.

10. A comissão de moradores (CM) do Cerco apela à organização nos outros bairros e convoca três plenários com as CM dos outros bairros camarários, em que se discute e acorda sobre um mínimo de reivindicações comuns. A partir dos últimos plenários a participação dos outros bairros decresce drasticamente.

11. É distribuído um papel em que se pede aos moradores para não acatarem as decisões da Câmara.

12. Dentre as reivindicações iniciais destaca-se a da renda resolúvel, i. e. ao fim de um certo tempo as casas passariam a ser pertença dos moradores.

Neste momento em que está marcado um novo plenário (dia 15 de Novembro) um dos elementos da CM do Cerco diz: «a renda resolúvel foi um erro de todas as comissões». Isto essencialmente porque a partir do momento em que os blocos passassem a ser dos moradores todos os encargos legais de pintura e limpeza dos prédios passariam a ser da sua responsabilidade, o que de modo nenhum lhes interessava.

13. Da regulamentação dos bairros convém destacar:

a) Não era permitida a co-habitação (= isolamento);

b) se a renda não fosse paga até ao dia 8 podia ser paga até ao dia 23 com um acréscimo de 10 %. A partir do dia 23 era necessário fazer requerimento à Câmara, que sendo deferido implicava o pagamento da renda a dobrar, e sendo indeferido implicava uma ordem de despejo;

c) as rendas eram estabelecidas segundo as possibilidades económicas dos moradores e segundo quatro tipos de casas: tipo 1, — uma sala-cozinha, 1 quarto de banho e 1 quarto; tipo 2 — 2 quartos; tipo 3 — 3 quartos; e tipo 4 — 4 quartos.

Segundo os moradores, quer o quarto de banho quer a sala-cozinha não tinham condições.

Neste momento (14 anos de existência) as casas já não têm condições de segurança (rachas nos tectos, na parede, etc.).

As casas são extremamente baixas e muito pequenas.

14. Verifica-se neste momento um isolamento real dos elementos da comissão relativamente aos moradores e entre os próprios elementos da comissão.

15. Quer dentro do próprio bairro, quer ao nível dos diversos bairros do Porto, existe uma coincidência entre a hierarquia social dos moradores e uma certa distribuição geográfica dos moradores dentro do Bairro. Por exemplo: o bairro de S. João de Deus é considerado o Tarrafal. Durante uma visita de Salazar ao Porto os moradores do Tarrafal barricaram-se e não deixaram passar a comitiva.

Seguem-se 2 comunicados da Comissão.

(Continua na pág. 7)

Exmo. Senhor
Delegado da Junta de Salvação Nacional
Câmara Municipal do Porto

Apresentado a V. Exa. as mais respeitosas e patrióticas saudações e solicitando o obséquio seja mensageiro do nosso mais alto respeito, apreço e solidariedade para com as gloriosas Forças Armadas, vimos através desta expor e solicitar o seguinte:

Estribados na proclamação anunciada pela Junta de Salvação Nacional — que perfilhamos de corpo e alma, e cuja finalidade visa sobretudo dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais através da garantia da liberdade de expressão e de pensamento — assegurando ainda a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais — vem a Comissão abaixo assinada, moradores no Bairro Camarário do Cerco do Porto, eleitos em Assembleia Geral de moradores do mesmo Bairro, submeter à consideração de V. Exa. os seguintes pontos aprovados pela mesma Assembleia:

1. **Anulação pura e simples do Regulamento das Habitações Administradas pelo Plano de Melhoramentos, de cuja cópia enviamos fotocópias;**
2. **Estudo da possibilidade das habitações passarem da situação de renda económica e renda resolúvel;**
3. **Reembolso, aos legítimos interessados, das rendas pagas a 100 % conforme o parágrafo 1, do Art.º 8.º, do Regulamento referido no n.º 1);**
4. **Criação, conforme as necessidades, de Infantários, Creches e Salas de Estudo;**
5. **Eleição, pelos moradores do núcleo, e para o período de 1 ano, de uma comissão de moradores, que, atentos aos problemas do Bairro e conjuntamente com uma Assistente Social, os transmitam à Câmara;**
6. **Supressão do «carácter repressivo» que até então caracterizava os fiscais dos Bairros transformando-os, se necessário, em elos de ligação entre os elementos referidos em 5) e a Câmara;**

(Continua na pág. 7)

MESA-REDONDA GPA-SETENAVE-TAP-TROIA

CONCLUSÃO

A CLASSE OPERÁRIA DEVE TER UMA POSIÇÃO VIGILANTE EM RELAÇÃO AOS TECNICOS

Há aqui um caso que foi tratado relativamente aos técnicos burgueses e que se pôs com grande acuidade na empresa onde eu trabalho. Numa empresa de alguns milhares de trabalhadores, que também têm como suporte técnico uma centena de técnicos burgueses. Na maioria dos casos, apesar de alguns auferirem grandes ordenados, outros são simples assalariados, têm um ordenado que não anda muito longe da maioria dos trabalhadores. Como Lénine já definiu, os técnicos burgueses, conforme os ventos da história, assim estão do lado do capital ou do lado dos trabalhadores. Acho que a classe operária, os trabalhadores, devem ter uma posição vigilante relativamente a essas posições, visto que esses técnicos burgueses são de facto uma classe periclitante, tanto podem ir para um lado como para o outro. Acho que o problema deve ser posto, a nível ideológico, desses técnicos burgueses e qual a posição que eles tomam. Eles devem definir correctamente a sua posição e de que lado estão. Mesmo assim, não se devem cometer os erros que já se cometeram no passado, estou-me a lembrar, por exemplo, no caso da classe operária russa. O da integração dos técnicos russos na União Soviética que, depois da sua integração no Partido, não foram mais do que aqueles que cavaram a sepultura para o processo dos sovietes na Rússia visto que eles originaram o resurgimento da burguesia na Rússia, como hoje se verifica e é esse perigo que a classe trabalhadora em qualquer país terá de correr, que é integrar os técnicos burgueses na sua luta para a continuação do processo industrial. De qualquer maneira, penso que a organização autónoma da classe, agora em embrião, deve estar atenta a esse problema e deve saber em todos os momentos jogar com esses técnicos burgueses apenas como aliados. Eles serão aliados da luta e em todos os momentos eles deverão definir correctamente a sua posição. Acho que deve ser a classe operária a vanguarda dessa luta e não cair em qualquer quimera de colaboração. A quimera da colaboração é um ponto táctico, deve em todos os momentos ter uma posição crítica relativamente a isso, visto que, se a classe operária e as suas organizações autónomas caírem num processo colaboracionista, que integra dentro dele grande parte dos técnicos burgueses, vai originar que tornem a ressurgir todas as tendências pequeno-burguesas e levem depois a que a burguesia, passados uns anos, esteja novamente instaurada no seio da classe e continue a dominar a classe, não através duma ditadura do tipo capitalista mas através dum outro tipo de ditadura.

GPA — Um Trabalhador

Estando de acordo basicamente com o que disse este camarada parece-me importante chamar a atenção para um pormenor, que é, as diferenças que existem entre empresas em que haja uma grande concentração de trabalhadores e em que a posição dos técnicos especializados poderá ser eventualmente diferente de empresas mais pequenas em que não existe a possibilidade do aparecimento duma consciência de classe tão bem definida como nesses outros sectores. É claro, que o aparecimento e definição dessa consciência de classe mais bem definida aparece sempre puxada pelas posições da classe mais avançada da sociedade, pela própria situação que ela tem na produção que é a classe operária.

TRÓIA — Um Trabalhador

Quanto ao GPA, falou-se aqui que foi a falta de apoio do exterior uma das causas que levou ao furo da greve deles. Para combatermos isto eu achava que quanto mais organizados melhor combateríamos estes furos que pudessem existir.

SETENAVE — Um Trabalhador

Relativamente ao Fundo de Greve e à Lei da Greve há duas posições definidas. Relativamente ao Fundo da Greve, foi um problema já levantado na Setenave mas que, em função do n.º de trabalhadores e dos ordenados auferidos, vimos que para um dia de trabalho seriam precisos alguns milhares de contos, portanto, para um período de luta por mais curto que fosse, daria sempre à volta dos 10 000 contos ou mais, assim não nos competia a nós propor a hipótese de algum Fundo de Greve, isto tanto a nível da Setenave como a nível da Lisnave, onde os problemas ainda são maiores. Desistimos da ideia do Fundo de Greve visto que para estas duas empresas, portanto Setenave e Lisnave, o problema do Fundo de Greve, para já, e como a organização ainda precária que existe, é impossível, visto o ordenado diário das empresas ser duns milhares de contos.

A GREVE DEVE DEIXAR-SE À LIVRE INICIATIVA DOS TRABALHADORES

Relativamente à Lei da Greve, nós já tomámos posição, relativamente a ela a nível de Conselho e também a nível do jornal, portanto, no n.º 1. Nós repudiamos inteiramente a lei que foi estabelecida, o que não acontece, por exemplo, com as posições de alguns indivíduos com tendência reformista ou revisionista que, de facto, a justificam dizendo até que aquela é uma das melhores leis da Europa. Nós achamos, isto portanto a nível de militantes que existem dentro da nossa empresa, e sabemos não ser também a análise que determinadas pessoas fazem da Lei da Greve a outros níveis; de qualquer maneira, nós achamos que a greve não deve ser regulamentada, deve deixar-se a livre iniciativa dos trabalhadores, sendo essa a sua arma, ela deve ser usada quando eles acharem justo, portanto, não achamos que deva haver qualquer regulamentação para a greve. Isto é uma posição aceite a nível de Conselho que ainda não tem a força de ser aceite por todos os trabalhadores, assim, pretendemos levar estes problemas a debate e tentar uma tomada de posição de todos os trabalhadores da Setenave.

O FUNDO DE GREVE DEVE SER NACIONAL

TRÓIA — Um Trabalhador

Nós na nossa empresa somos cerca de 3000 operários e todos, ou 90%, estamos dispostos a entrar no Fundo da Greve. Não seremos só estes 3000 operários que o iremos criar, mas sim a nível nacional. Não seremos 3000, nem 20 000, seremos 50 000 ou 100 000 a contribuir com um dia de trabalho para esse Fundo de Greve. Portanto, na altura em que fossem precisos uns milhares de contos, em empresas como a nossa que paga mensalmente cerca de 8000 contos, esse dinheiro viria do Fundo da Greve. Assim, se por esse país fora, Lisnave, Setenave, Tróia e outras grandes empresas se unissem, dum lado daria para os outros, e os patrões nesse caso já teriam de pensar melhor porque já sabiam que não iríamos abdicar da luta tão facilmente como abdicaríamos se não houvesse quem suportasse, já não diria inteiramente, mas parte da greve.

O CAPITAL DEVE PAGAR OS DIAS DE GREVE

SETENAVE — Um Trabalhador

Fez parte do acordo que os trabalhadores da Setenave fizeram com as respectivas administrações que os dias de greve fossem totalmente suportados pelo capital. Nós achamos que essa posição que o capital aceitou se devia tornar uma posição, daqui para a frente, sempre exigida pelos trabalhadores. Sempre que os trabalhadores entrem em greve achamos que, se essa greve foi por motivos salariais, há-de ser sempre o capital a suportá-la e como tal faria sempre parte das negociações o pagamento da totalidade dos dias de greve pela empresa.

A LEI DA GREVE TEM SIDO UMA ARMA VIRADA CONTRA OS TRABALHADORES

GPA — Um Trabalhador

No que se refere a esta reivindicação que o camarada da Setenave acabou de referir, ela é também uma das reivindicações que nós aqui no GPA fizemos. Quanto à questão do Fundo de Greve propriamente, levanta-se um problema que é, mantendo-se esta reivindicação, durante o período em que decorre a greve, se ela for efectivamente prolongada, há mesmo necessidade de arranjar meios de subsistência para os trabalhadores empenhados na greve. Nesse sentido, o Fundo de Greve tem mesmo uma importância fundamental para que os trabalhadores se consigam aguentar o mais prolongadamente possível, quando isso for necessário. Portanto, no nosso caso particular o que nos aconteceu foi que os fundos de greve, no que se refere à nossa luta, foram diminutos, porque foi fundamentalmente neste sector de técnicos que nós procurámos recolher dinheiro e, pelas razões que já há bocado foram apontadas na descrição de todo o processo de luta, a contribuição até monetária de parte dessas pessoas é diminuta porque elas não se solidarizam, ou dificilmente se solidarizam (só em situações em que há lutas bastante mais agudizadas e ao nível de todo o país é que se poderão solidarizar). Há sempre muita dificuldade em arranjar dinheiro neste caso.

Quanto à Lei da Greve, o que nos aconteceu foi que, também pelas razões atrás descritas, nós vimo-nos forçados a enveredar por uma forma de luta, que foi a ocupação, para nos opormos à administração neste conflito e a Lei da Greve, de imediato, proíbe essa forma de luta, proíbe terminantemente toda e qualquer forma de ocupação. O M.T., a partir da altura em que saíu a Lei da Greve e não estando regulamentada até aí, interpretou o nosso caso do seguinte modo: uma vez que a greve tinha sido declarada antes da saída da Lei da Greve, pois aquelas condições que lá vêm, como períodos prévios de aviso etc., o M.T. considerava-as satisfeitas, portanto, isto era uma concessão que o ministério nos fazia, quanto à questão da ocupação, como ela não está prevista em quaisquer circunstâncias na Lei da Greve, a ocupação era ilegal e foi à Lei da Greve, à aplicação da Lei da Greve e também à interpretação que o M.T. dela fazia, que os patrões se têm agarrado, até ao momento, para se recusarem a negociar connosco. É também isso que nos obriga a fazer este recuo momentâneo na nossa luta, para entrarmos em negociações. Portanto, o que se verifica, e, isto independentemente de apreciações de carácter mais geral ácerca do papel da Lei da Greve, é que a Lei da Greve, efectivamente em relação à nossa luta, tem sido sempre uma arma virada contra nós.

A LEI DA GREVE INIBE A LUTA DE CLASSES

TAP — Um Trabalhador

Vou só fazer duas observações, uma histórica e outra sobre a matéria. Quando o capitão Costa Martins esteve na TAP, em dada altura disse-nos que, quando chegou ao Ministério, ou quando tomou conta dele, existiam dois projectos de Lei de Greve: um que era um incentivo à greve e outro que era uma proibição à greve; então, fez nascer o ideal que é a Lei de Greve actual. Quanto a mim, na verdade, a Lei da Greve para o trabalhador não tem razão de existir, isto é, inserida num contexto de luta de classes não tem razão de existir, porque criá-la é limitar e inibir ou proibir, e está-se a ver, essa luta de classes. Portanto, se defendemos a inserção do trabalhador no modo de organização capitalista, temos de aceitar perfeitamente plausível a existência da Lei da Greve, se é que não a sua proibição; se defendermos e lutarmos pela construção duma sociedade socialista, em que o poder é do trabalhador organizado, até lá chegarmos, a greve não deve ser limitada e deve ser uma arma que os trabalhadores terão que ter, porque sabemos perfeitamente que a não existir a possibilidade da greve ou ela ser limitada, ao fim de contas, ao ponto de não poder existir, é aí, a essa situação, que o capital vai tirar a sua maior força para não ceder às nossas reivindicações e para impor as suas directivas.

Quanto ao Fundo de Greve não tenho o meu juizo formado. Mas parece-me que é difícil conseguir montantes que permitam garantirmos, assim à primeira vista, a subsistência dos que caiem nessa situação, mas isto a nível sectorial, a nível organizativo mais amplo parece-me isso perfeitamente plausível.

SETENAVE — Um Trabalhador

Em relação ao que disse o camarada da TAP, nós pusemos lá o problema do Fundo de Greve e pareceu-nos que só, de facto, com uma grande organização a nível nacional é que isso seria possível. Antes disso os montantes de verbas necessários para a Setenave e Lisnave não seria possível arranjá-los a nível de distrito, só de facto com uma organização da classe a nível do país é que isso seria possível, antes disso é de facto impossível organizar o que quer que seja a esse nível.

OS TRABALHADORES E QUE SABEM QUANDO DEVEM FAZER GREVE

TRÓIA — 2.º Trabalhador

A minha opinião ácerca da Lei da Greve: pois, considero que a Lei da Greve é uma arma que foi criada contra os trabalhadores. Não há trabalhador nenhum que consiga estar de acordo com a lei que foi criada. Acho que os trabalhadores é que sabem quando efectivamente devem fazer a greve, quando é que as circunstâncias os obrigama tal. Também não posso estar de acordo com a Lei do «lock-out»; enquanto o Governo dá uma certa facilidade ao «lock-out», REPRIME OS TRABALHADORES COM A Lei da Greve, sistematicamente aqui pós-se ao lado do capital.

OS RESPONSÁVEIS PELAS GREVES SÃO OS PATRÕES

Quanto aos Fundos de Greve, na opinião ali do camarada, devem ser criados, não como apoio à greve porque quando nós fazemos greves elas são motivadas pelas discordâncias dos patrões: se é o patrão que não quer aderir às negociações com os trabalhadores, ele é automaticamente responsável pela greve, e ao ser responsável pela greve, tem todo o dever de pagar a greve aos trabalhadores, portanto, o período em que os trabalhadores estejam em greve.

Concordo com a criação do Fundo de Greve para subsidiar os trabalhadores no caso do «lock-out», quando os patrões se piram e deixam os trabalhadores no desemprego é justo que, nessa altura, nós apoiemos os trabalhadores até que les criem novas condições de trabalho, portanto, isto é a minha opinião ácerca disto.

GPA — 1.º Trabalhador

Estou perfeitamente de acordo com o que disse este camarada. Mas há ainda aqui um ponto, que me parece inscrever-se naquilo que disse há pouco, que é, se há greves em determinadas circunstâncias que podem ser prolongadas, acho que a haver um Fundo de Greve, ele pode funcionar também como empréstimo aos camaradas que estão em greve durante o período em que essa greve decorra, empréstimo por aquela razão que foi apontada pelo camarada da Setenave, que deve ser o capital a pagar a greve, portanto, isso deve constar das reivindicações.

DISCUSSÃO DO BINÓMIO: comissões de trabalhadores - organização sindical (fundamentalmente a questão dos delegados sindicais).

O SINDICALISMO É UMA ESCOLA DE LUTA

SETENAVE — Um Trabalhador

Relativamente a isso, o problema já surgiu na Setenave e nós estamos a abordá-lo da seguinte maneira: nós pensamos que as Comissões de Trabalhadores, ou Conselhos de Trabalhadores, criadas agora representam em determinados campos uma necessidade organizativa da classe, a que a democracia burguesa dá possibilidades de existir. No entanto, parece-nos que essa organização autónoma ultrapassou tudo aquilo que as pessoas pensavam dessa organização autónoma. E ela organizou-se em determinadas bases, tomou determinados poderes e assumiu formas de luta para o que, me parece, o capital português não estava preparado, como tal, tenta neste momento, através dos sindicatos e dos delegados sindicais, fazer a reconversão desse processo de luta. Nós, por exemplo, na nossa empresa, em que temos cerca de 28 sindicatos, o problema já se pôs. Consideramos, no entanto, que o sindicalismo é uma escola de luta e que é de facto uma forma dos trabalhadores lutarem pelos seus interesses, portanto, pensamos que é de incentivar neste momento o problema e o debate sobre sindicatos. E então o que nos parece é que os sindicatos por profissão, os chamados horizontais que neste momento existem em Portugal, não interessam aos trabalhadores para a defesa dos seus interesses. Assim, achamos que a organização sindical se deve fazer por ramo de actividade, sendo portanto um sindicalismo vertical. Portanto, todos os trabalhadores das diferentes profissões devem estar inseridos dentro do mesmo sindicato, para que a nível de empresa só apareça um único sindicato, que é a forma que os trabalhadores têm de, no afrontamento, do dia a dia, com o capital, terem sempre junto deles os seus representantes sindicais ou as suas direcções sindicais.

POR UM SINDICATO DA CONSTRUÇÃO NAVAL CONTROLADO PELA BASE

Assim, neste momento, e a nível da construção naval, parece-nos que há que defender o mais possível a formação de novos sindicatos, portanto, um sindicato único, que tem de ser de facto estudado. Mas, contudo, parece-nos que devem ser de facto aproveitadas as outras formas de sindicatos actualmente existentes. No entanto, achamos que se de facto esse delegados sindicais ou os sindicatos horizontais actualmente existentes tentarem na sua estratégia minar a evolução das comissões de trabalhadores, devem ser imediatamente combatidos pelas pessoas que estão nas comissões de trabalhadores e pelos próprios trabalhadores. Neste momento, a nível da nossa empresa, estamos já a aprofundar as necessidades dos trabalhadores a nível sindical e foi já opinião manifesta que se devem criar sindicatos ou sindicato, mas sindicato esse que deve ser controlado inteiramente pela base: quer dizer, o sindicato de cúpula que existia até agora, portanto, a direcção sindical que era eleita e que se separava dos trabalhadores, deve terminar, isto é, o cupulismo, o tratar de direcções vai alienar os trabalhadores dum processo de luta, vai remetê-los para um processo apenas de peso, vai remetê-los apenas para uma massa que serve de jogo: enquanto, por um lado, o capital tem o dinheiro, os dirigentes sindicais, por outro, têm as massas trabalhadoras. Parece-nos isto profundamente errado a nível de luta de sindicatos, visto que se as pessoas defendem que o sindicalismo, o sindicato é a escola para o socialismo, o sindicato só será escola para o socialismo se os trabalhadores tomarem parte nas discussões e nas decisões desse sindicato, assim, parece-nos que neste momento é de apoiar a reorganização a nível de todos os sindicatos. Na nossa empresa temos 28, de qualquer maneira, a perspectiva com que nós estamos a trabalhar é para a organização de um sindicato vertical por indústria, por ramo de actividade, sindicato esse que terá a sua base, para já, nas comissões de trabalhadores que existem a nível de empresas do ramo de actividade.

O SINDICATO DEVE ORGANIZAR A CLASSE

TRÓIA — 2.º Trabalhador

Os sindicatos reformistas não interessam de maneira nenhuma aos trabalhadores, não representam de maneira nenhuma aquilo que os trabalhadores pretendem; não é através de um sindicato reformista que se chega a uma tomada de consciência para deter o poder político de um país. O sindicato a trabalhar pelo sistema reformista defende os interesses dos exploradores e defende o mínimo dos interesses dos explorados. Aquelas regalias que a gente possa receber através dum sindicato é o mínimo do que os exploradores nos querem dar. Acho que a existirem sindicatos destes vale mais não existirem. No entanto, devemos lutar pela criação dum sindicato que não seja do tipo reformista, um sindicato que sirva para a politização da massa trabalhadora, lhe dê uma consciência de classe, e que possa, por um lado, lutar pelas reformas mas não dedique a esse trabalho todo o seu tempo e toda a sua disponibilidade. Acho que é muito mais válido um trabalho do sindicato tendo em vista a organização da classe trabalhadora num sentido político do que no sentido reformista que agora apontei.

ATRAVÉS DOS DELEGADOS OS TRABALHADORES DEVEM COMANDAR OS SINDICATOS

TAP — Um Trabalhador

Só queria observar o seguinte: é evidente que o binómio delegados sindicais-conselhos de trabalhadores tem uma acuidade ou outra, conforme estejamos numa organização sindical tal qual é hoje, sindicatos horizontais, como já aqui foi frizado, ou se estivermos numa organização sindical feita verticalmente, por indústria ou por ramo de actividade. No primeiro caso, é preciso existirem comissões de trabalhadores, porque os delegados sindicais não conseguem ser ou realizar aquilo que os trabalhadores exigem que seja realizado, isto é, uma organização a partir da base, chamemos-lhe autónoma, ou não lhe chamemos autónoma, mas uma organização a partir da base, porque, por exemplo, na TAP, em que os sindicatos são 21, há portanto, delegados de 21 sindicatos e como nós sabemos, os delegados estavam e continuam a estar a funcionar erradamente, isto é, a funcionar como delegados dos sindicatos junto dos trabalhadores, e só quando forem delegados dos sindicatos junto dos trabalhadores, e só quando forem delegados dos trabalhadores junto dos sindicatos, isto é, indivíduos através dos quais os trabalhadores comandam na realidade os sindicatos, só a partir dessa altura os delegados são aquilo que nós queremos. Hoje não são isto, nem o querem ser, nem os sindicatos os deixam que sejam, são elementos ou órgãos que trazem da cúpula as directivas e os comandos aos trabalhadores, e, enquanto estivermos nesta situação, é imprescindível para os trabalhadores se organizarem a existência de comissões de trabalhadores e até nem é imprescindível que haja sindicatos desta maneira, pelo contrário, é prejudicial. A partir do momento em que houver sindicatos por ramo de actividade, pois, o delegado sindical (a existir este nome) e o membro de conselho de trabalhadores será uma e a mesma coisa, as funções identificam-se, as pessoas estão identificadas. A partir desse momento o sindicato por ramo de actividade é (pelo menos assim que o visualizo) os trabalhadores organizadamente formam o seu

(Cont. na página seguinte)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

SÓ OS TRABALHADORES MAIS EXPLORADOS PODEM DEFENDER CONSEQUENTEMENTE OS INTEREBSES DA SUA CLASSE

EFACEC INEL Lx

O «Jornal da Greve» (suspensa) dos trabalhadores da EFACEC/INEL Lx. continua a sair com regularidade. Além de textos explicativos sobre o seu quotidiano de luta apresentam outros mais gerais dentro da temática da luta anticapitalista. Razões de espaço não permitem ao «Combate» reproduzir integralmente este jornal. Tentamos através dos textos que vamos reproduzindo dar aos trabalhadores que nos lêem uma visão geral do que é e continuará a ser a luta dos camaradas da EFACEC/INEL Lx.

Reproduzimos, hoje, dois textos do «Jornal da Greve» (suspensa) n.º 33: a notícia do Plenário de 16 de Novembro, onde a CDDT foi institucionalizada, através da aprovação dos seus estatutos e onde «os operários mostraram ter consciência plena da classe a que pertencem não aceitando por isso os chefes como trabalhadores com possibilidades de serem eleitos para CDDT» (in Editorial, do n.º 33); e outro texto sobre a importância e a necessidade dos jornais operários e populares.

O PLENÁRIO DE 16/11

Realizou-se no sábado, na Voz do Operário, uma Reunião Plenária dos Trabalhadores da EFACEC-INEL com a presença de 430 trabalhadores. A Ordem de Trabalhos não foi completamente cumprida por falta de tempo, tendo sido aprovado que os últimos pontos (Fundo de Greve — seus fins e sua atribuição — e Saneamento) seriam debatidos em nova reunião plenária a marcar o mais breve possível pela CDDT.

Logo após a abertura da reunião entrou-se no ponto 1 da Ordem de Trabalhos onde foram dadas informações sobre as seguintes questões: Reclassificação profissional; a luta na OL2; a questão do estaleiro do Estoril; notícias dos camaradas do Porto; a questão dos encarregados dos elevadores; Jornal da Greve; reunião com a Administração; reunião no Sindicato dos Electricistas; reunião no Ministério do Trabalho.

No ponto 2 da O. T. foi discutido e votado o projecto de estatutos da CDDT, tendo sido aprovado na sua quase totalidade o projecto base. A CDDT vai publicar imediatamente os estatutos aprovados.

A seguir ao ponto 2 da O. T. e tendo já sido decidido que os pontos 3 e 4 seriam debatidos em nova Reunião Plenária, foi apresentada aos camaradas operários uma proposta da Administração relativa à distinção entre pequena e grande deslocação e que a seguir se transcreve:

«Para efeitos de distinção entre pequena e grande deslocação, considerar-se-á o tempo real de transporte utilizando-se os meios de transporte postos à disposição dos trabalhadores pela entidade patronal.

Para efeito de indemnização do tempo de viagem considerar-se-á o tempo realmente verificado nessa deslocação, utilizando porém os transportes públicos à disposição do trabalhador.

Nas pequenas deslocações e nos casos em que a empresa aceitar tal solução, os trabalhadores poderão utilizar os meios de transporte à sua escolha mediante um valor fixo a acordar com a empresa caso a caso.»

Esta proposta foi recusada por unanimidade. Entretanto e sobre a mesma questão um grupo de operários apresentou a seguinte proposta:

«Considerando que:

1 — O contrato sobre condições de deslocação para o Estoril imposto pela Administração aos operários constitui uma manobra visando apenas a defesa dos interesses patronais.

2 — O referido contrato constitui ainda um factor de divisão entre a classe operária pois a parte do quantitativo fixo a distribuir pelos operários irá variar com o número que se encontre na obra.

3 — É altamente imoral atribuir condições de deslocação diferentes para o mesmo trabalho no mesmo local, pois os direitos de um operário são os direitos de todos.

4 — Apesar das condições do referido contrato terem sido aceites pelos operários (8) que actualmente se encontram no Estoril, as mesmas não poderão, à face do Contrato Colectivo dos Fabricantes de Material Eléctrico, ser impostas a outros operários que venham a ser contactados para trabalhar nessa obra.

Propõe-se:

1 — Que os operários que estão no Estoril, em conjunto com a CDDT, intervenham junto da Administração no sentido de fazer substituir o contrato em causa por outro mais justo.

2 — Que os camaradas operários que venham a ser contactados para trabalhar na obra do Estoril se recusem a fazê-lo nas condições em vigor».

Esta proposta foi aprovada por unanimidade, sendo em seguida a sessão encerrada.

jornal da greve 33

Só o avanço da CLASSE OPERÁRIA poderá esmagar o fascismo e acabar com a pôdre sociedade capitalista!!!

AS LUTAS CONTRA O CAPITAL SÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

A luta nesta ou naquela fábrica, nesta ou naquela obra, não diz respeito só aos operários dessa fábrica ou dessa obra.

Qualquer luta de trabalhadores contra o capital que os explora tem de saltar do local onde se desenrola pois ela diz respeito a todos os trabalhadores.

Quando os operários da TAP, da Lisnave, da Soares Costa, do Jornal do Comércio, etc. são reprimidos pelas forças da burguesia, é toda a classe operária que está a sofrer com essa repressão pois ela faz parte dum plano mais geral da exploração burguesa sobre a classe operária.

Nos casos concretos atrás citados essa repressão era o reflexo não só do avanço da intentona fascista de 28 de Setembro como também da necessidade que o capital tem de recorrer à repressão para conter o avanço das lutas operárias.

Apesar das calúnias lançadas pela imprensa burguesa velo a verificar-se como era justa a luta dos trabalhadores.

Quando os meios de informação da burguesia (Jornais diários, TV, Rádio, etc.) escondem, como antes do 25 de Abril, ou deturpam as lutas dos trabalhadores, eles pretendem sobretudo isolar essas lutas.

Por isso devemo-nos empenhar em divulgar não só as nossas como todas as lutas operárias, em fomentar e divulgar os jornais operários e populares.

A INFORMAÇÃO É UMA FRENTE DA NOSSA LUTA!

LÊ, DIVULGA E DISCUTE A IMPRENSA OPERÁRIA!!!

LUTA NA EMIVAL

(Continuação da página 2)

COMB. — Falou há pouco que tinham que lutar contra o tribunal...

A — Pois se nós temos penhoras aqui, temos penhoras aqui feitas ao serviço evidentemente que eles vêm e lacram-nos as máquinas. Se nos lacrarem as máquinas nós não podemos trabalhar com elas.

COMB. — Então isso não está certo, eles lacrarem as máquinas.

A — Evidentemente e até porque...

B — Eu acho que não está certo.

COMB. — Vocês agora estão contra os tribunais por causa das leis, mas há pouco disseram que estão a ser regidos por essas leis.

A — São leis que não estão muito certas. Uma lei que esteja promulgada ou bem ou mal feita nós como cidadãos somos obrigados a aceitá-la. Nós não somos legisladores para fazer as leis. Embora discordemos delas, não estejamos de acordo com elas mas o que não podemos é discordar. Se está escrito assim nós teremos de cumprir porque de resto colocam-nos como rebeldes como terroristas e uma coisa que nós nunca fomos porque infelizmente; Valongo criou uma atoarda, digamos assim de... criou uma atoarda de mal-estar de pessoas praticamente sem inteligência sem moral, puseram-nos quase como terroristas, como turras qualquer. Ora nós queremos provar que de facto não somos isso. Que somos pessoas que na Lousa ou em Valongo que há pessoas evoluídas, que há pessoas com instrução, com princípios. Mas uma coisa que posso garantir é que mesmo as pessoas mais rudes, mais humildes, são honestas e a prova é esta: Se eu deixar ficar ali uma pedra que eles precisem dela agarram nela sem dizer nada, mas se deixar ficar ali mil escudos eles não os agarram. Eu tenho uma prova disto, porque eu agarro no dinheiro ponho-o dentro do escritório e desloco-me para 200 ou 300 metros das instalações e nunca me faltou um centavo. Pois entram lá dezenas, para não dizer todo o pessoal ali dentro, vêem o dinheiro, respeitam-no. Não pode haver maior prova de honestidade.

(Entrevista feita no dia 29-11 c/ elementos da Comissão de Gestão, que é composta por 4 elementos mineiros (fundo) e 4 de superfície)

UM PROGRAMA NÃO SUPERA AS DIFERENÇAS DE CLASSE

Mesa Redonda

(Contin. do número anterior)

sindicato. O trabalhador a partir da base comanda o seu sindicato e não há qualquer divórcio entre trabalhador-sindicato e não há o sindicato a ser comandado por qualquer órgão cupular ou órgão partidário. A partir desse momento é evidente que as decisões dos sindicatos são dos trabalhadores e os sindicatos cumprirão finalmente a sua função que é de vanguarda, isto até é errado, que é o serem o conjunto dos trabalhadores em luta pela prossecução dos seus objectivos e não o de serem como o são hoje o de órgão amaciador das lutas dos trabalhadores e, no fim de contas, de conluio em diálogo e namoro, com o capital, é o que nós estamos neste momento a ver e a assistir; quem é que nos trava em primeiro lugar a luta? São os organismos sindicais não é o capital, ou melhor, é o capital através deles.

OS SINDICATOS TENTARAM FURAR A GREVE...

GPA — 2.º Trabalhador

Na sequência do que disse ali o camarada da TAP, apenas queria constatar aquilo que se passou no GPA em duas palavras. Os sindicatos entraram logo no início da greve para tentar furar a greve, aconteceu mesmo que conseguiram trazer, nesse próprio dia, os patrões aqui à porta, gerando confusões. Portanto, a primeira tentativa que eles fizeram assim que entraram, primeira e última, aliás, foi a de tentar furar a greve, tentar acabar com ela imediatamente, naquele próprio dia. Depois seguidamente o comportamento dos delegados sindicais foi este: ao fim de 15 dias de greve foram os dois delegados sindicais que conduziram e organizaram o furanço da greve, levando consigo alguns trabalhadores. E que na prática esses mesmos indivíduos, delegados sindicais, organizados lá fora em conluio com o patrão, tendo tomado na prática um verdadeiro ataque aos trabalhadores em greve no GPA. Era apenas esta constatação que queria fazer.

OS DELEGADOS DEVERÃO SER VOTADOS COM BASE NUM PROGRAMA

SETENAVE — Um Trabalhador

Nós, relativamente aos sindicatos da indústria, pensamos que o problema dos delegados sindicais se irá pôr, e isto dependerá da maneira como se fizer a escolha dos delegados sindicais. Se for feita por sector, pensamos que nos irá surgir o problema que nos surgiu com o primeiro conselho de trabalhadores. Nesse conselho há uma grande diversidade de opiniões, diversidade essa que representa a diversidade de opiniões a nível do sector e como, geralmente essa representatividade não é feita em função do quantitativo das classes (dos sectores), mas sim em determinado quantitativo arbitrário estabelecido não se sabem bem como, pensamos que no Sindicato da Indústria o problema se poria como se pôs na eleição do actual Conselho de Trabalhadores. Seria à volta dum programa que as pessoas se iriam organizar e toda a empresa se pronunciaria sobre esse programa e, portanto, as pessoas organizar-se-iam de maneira a que esses delegados fossem votados com base em determinados programas. Se votarem apenas os delegados com base no sector, sem nenhum programa, parece-nos que as contradições que existiram com o primeiro conselho de trabalhadores continuarão a existir. Parece-nos fundamental, em qualquer tipo de sindicato que venha a existir, que a organização da classe deve basear-se sempre no programa de trabalho das pessoas; portanto, quanto a mim, a eleição de delegados só para representar não tem validade, há sempre a necessidade de se definir um determinado programa, aliás, actualmente, nas eleições de delegados sindicais que se estão a fazer na minha empresa se, para já, ainda não há programas definidos, há já a tentativa das pessoas definirem que esses delegados sindicais serão transitórios e que apenas representão as posições que a base lhes definir. De certa maneira, isto vai novamente representar a posição da base: se a base tiver uma posição de classe definida e cujos interesses sejam contrários aos trabalhadores ela vai aparecer definida, mas se de facto esse delegado sindical tiver que estar subordinado a um determinado programa, que uma maioria de delegados ou de pessoas determinar e fizer, este delegado sindical já não pode aceitar essa representação, só poderá aceitar uma determinada representação se se ligar a um determinado programa; ou aceita um determinado programa, que deve ser estabelecido pela maioria dos trabalhadores, ou se não o aceitarem, então todos os problemas que se criaram com as organizações autónomas da classe sem haver programa, surgirão novamente na organização desse sindicato. Mas todos esses problemas terão de ser bastante bem debatidos, entre os quais esse programa que as pessoas lá terão dentro para defender ou que serão mandatados pelos trabalhadores. Parece-me que passa aí a resolução dos problemas que irão existir, de qualquer maneira, o problema é complexo, aliás, na minha empresa o problema continua a existir, visto que nesta altura há já 4 empresas da construção naval que estão dispostas a arrancar com o sindicato. O problema do sindicato é complexo e nós estamos todos a estudá-lo, a ver o que se pode fazer. Para já a posição não está ainda bem definida.

O SINDICATO FICARIA A RECEBER O DESCONTO DO FUNDO DE DESEMPREGO

TRÓIA — 2.º TRABALHADOR

Só quero dizer mais uma coisa a respeito dos sindicatos, o meu camarada já falou nisso. Parece-me que se houver um sindicato único, com uma direcção, num edifício único, todos os trabalhadores sabem os problemas de todos. Além disso, se possível for, que este sindicato ficasse a receber o desconto do Fundo de Desemprego. Nós não sabemos para onde este dinheiro vai, se se passar a fazer o desconto para o próprio sindicato, no dia de amanhã este sindicato podia ajudar-nos numa pequena greve que se fizesse, já era uma pequena ajuda com que podíamos contar.

O FOSSO ENTRE O ADMINISTRATIVO E O OPERÁRIO SERÁ VENCIDO QUER PELA ELIMINAÇÃO DOS IRRECUPERÁVEIS, QUER PELA CONQUISTA DOS CONQUISTÁVEIS.

Só queria observar, em relação ao problema em causa, o seguinte: no meu entender, o facto de existir um fosso muito grande entre o pessoal operário e o pessoal administrativo (na TAP isso é verificável a olho nu) tem, evidentemente, razões históricas e tem razões fundamentadas na muito maior capacidade de aglutinação no meio operário e tem razões fundamentadas na separação de classes. Se as classes são diferentes, pois, é evidente que os interesses são diferentes, os objectivos são diferentes e as formas de actuação são diferentes. O operário está mais longe do dono da massa, o trabalhador administrativo, em muitos aspectos, por razões até de ocupação profissional, está muito mais em namoro com o dono do capital, isto, de si, já explica muita coisa. Ora bem, neste momento, a luta insere-se nos tais sindicatos horizontais. A partir do momento em que se criarem sindicatos doutra maneira, com outra esquematização, por ramo de actividade, por indústrias, e se aparecerem simultaneamente os operários e os administrativos, chamemos-lhes assim, ou, por outras palavras, aparecer dentro do mesmo sindicato interesses de classe antagónicos, é evidente que não é por essa nova esquematização formal que essas divergências, essas zonas de clivagem vão desaparecer. Mas também convém frizar que neste momento dentro dos próprios sindicatos, frizemos o caso do meu sindicato, Sindicato dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca: existem lá tensões muito grandes entre o trabalhador que não pertence aos quadros das empresas e o trabalhador que pertence aos quadros, também aí há duas classes diferentes em luta, portanto, o que aparecer nesses sindicatos verticais não é, a não ser quantitativamente, algo de novo. E os processos, evidentemente, de eliminar essas zonas de fractura serão vários, o primeiro, julgo eu, será feito através duma luta de educação e de reconversão ideológica que os trabalhadores a partir das suas bases, os mais esclarecidos, irão ter; essa luta de classes, esse fosso, há-de ser lentamente eliminado, quer por um processo de eliminação das pessoas irrecuperáveis, quer por educação, instrução e conquista das pessoas conquistáveis, isto é que me parece importante. E haverá concerteza muito mais formas de conseguir esse objectivo. Agora que não se cria um problema novo, nem se criam barreiras intransponíveis, isso creio eu que não, em relação ao momento e à situação presentes.

UM PROGRAMA NÃO SUPERA AS DIFERENÇAS DE CLASSE

FAP — UM TRABALHADOR

A mim, o que me parece, relativamente a este problema, é que é um bocado difícil prever quais são as formas de organização que a luta dos trabalhadores torna necessárias para que possa evoluir, quer dizer, a organização autónoma dos trabalhadores e a maneira como ela evoluirá ultrapassa, concerteza em muito, as previsões que se possam fazer. A crítica da organização sindical actual, aqui em Portugal, foi feita há bocado pelo camarada da Setenave, portanto, relativamente a isso não tenho nada a dizer. Quanto à questão do aparecimento de sindicatos chamados verticais, portanto, sindicatos de indústria, parece-me que há um certo número de problemas, uns semelhantes aos dos outro tipo de sindicatos e outros um bocado diferentes, que se levantam. A respeito das clivagens de classe que existem dentro duma empresa, ou dentro duma indústria, parece-me que elas não serão superáveis por um programa, por exemplo, no caso da TAP, nenhum programa poderia ali superar o facto da classe operária estar em minoria relativamente a outros sectores de trabalhadores, assim, foi impondo pela força a sua posição, paralizando o funcionamento do sector em que trabalhava, que a classe operária conseguiu levar para a frente a sua luta. Parece-me que a partir do momento em que é necessário aparecerem, pelo próprio desenvolvimento da produção, muitas empresas que são abrangidas pelo mesmo sindicato, é a partir desse momento que é necessário aparecerem profissionais da condução da luta dos trabalhadores e há sempre o perigo de desaparecer a possibilidade de controlo directo dos trabalhadores sobre a maneira como essas pessoas conduzem essa luta, há sempre o perigo, e é isso que se verifica actualmente aqui nestes sindicatos tipo horizontal, daquilo a que se chama a burocracia sindical acabar por nortear toda a sua actividade em função de interesses próprios, que não os interesses da classe que diz representar.

A burocracia sindical tem ordenado próprio, vive à custa dos descontos que os trabalhadores fazem para os sindicatos, tem a sua carreira profissional, a carreira sindicalista, e não tem, pelo contrário, os mesmos problemas reais e directos que têm os trabalhadores que estão directamente inseridos numa luta de classes. Portanto, parece-me que é um bocado difícil contrapôr, em relação à organização sindical actual, um outro tipo de organização sindical. Parece-me que a posição em relação a isso deverá ser a de que os trabalhadores, conforme as circunstâncias em que se vêem forçados a lutar, assim adoptem esta ou aquela forma de organização. Actualmente, aparecem comissões de empresa, conselhos de trabalhadores e neles podem, eventualmente, estar muitos delegados sindicais. Os delegados sindicais, como são pessoas que estão diariamente em contacto com os trabalhadores, são pessoas que não fazem ainda parte da carreira profissional sindical podem estar com os trabalhadores a estabelecer as ligações entre comissões de trabalhadores, conselhos de trabalhadores e a organização sindical. Parece-me que essa posição deverá ser de utilização quando for preciso, não utilização quando não for preciso, mas utilização nunca remetendo para

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

CASO DA PASTILHA ELÁSTICA

Falámos com trabalhadores ao domicílio, que nos contaram a exploração de que são vítimas pelo patrão da «Galinha Branca Portuguesa, Indústrias Alimentares, Lda.». «Um senhor vem com uma camioneta distribuir o trabalho, em grandes porções. E para enchermos envelopes com pastilhas elásticas e mais papéis, e, além disso, temos de colar os envelopes para os fechar.

Isto começou depois do 25 de Abril, pois até quem fazia este trabalho eram os presos do Limoeiro, que ganhavam 5$00 aos mil envelopes feitos. Quando os presos do Limoeiro pediram uma amnistia, e não lhes queriam dar, eles até botaram fogo aos envelopes e queimaram tudo, tão pouco lhes pagavam. Isto foi o que a gente ouviu. Devia ser através do carcereiro, algum intermediário que tivesse interesses nisso, que o dono dava alguma comissão para arranjar o trabalho dos presos.

Mas agora eles andam a dar o trabalho pelo Casal Ventoso. Há muita gente a fazer isto. A camioneta, por semana, chega a trazer 40 000 a 60 000 envelopes. Há muitas famílias a trabalhar nisto.

Vamos buscar aos 3000 ou 5000 envelopes de cada vez. Quando acabamos o trabalho, vamos buscar mais.

Duas pessoas trabalhando 8 horas por dia, demoram dois dias a fazer 5000; ora, ganhamos por isto 87$50. Isto são, 16 horas cada pessoa, e duas pessoas trabalham 32 horas. Vejam lá que nos pagam para aí a 3$00 à hora. Isto sem contar com a farinha. Devemos ganhar **2$50 à hora**. O envelope cheio, ao público, custa 1$00; à semana eles fazem 50 000 aqui, e vendidos são 50 contos. São 50 contos que eles recebem, e pagam pelo nosso trabalho só 875$00. Mesmo com o que eles gastam nos transportes e na produção da pastilha e do envelope, o que eles não ganham! E isto só numa semana, porque, se multiplicarmos por muitas semanas, vê-se **que é um grande negócio!**

Somos muitos a fazer isto, e já houve alguns de nós que quisemos pedir aumento, mas, como não conseguimos juntar-nos todos, não tentámos, porque só todos juntos é que resultava. Como o serviço lhe aparece sempre, o patrão não se preocupa, mesmo que um lhe vá dizer que este dinheiro é uma miséria.

ERA PRECISO QUE TODOS NOS JUNTÁSSEMOS E EXIGÍSSEMOS AUMENTOS NOS PAGAMENTOS.»

(1 de Novembro de 74).

SOUBEMOS, POR UM MORADOR DO BAIRRO, QUE **A ENCARREGADA** FICA COM 12$50 POR CADA MIL, E DA 17$50 AO TRABALHADOR. **ABAIXO OS PARASITAS!**

EM BUSCA DA FÁBRICA «GALLINA BLANCA»...

A «Voz do Casal Ventoso» foi em busca da fábrica da pastilha que rouba vergonhosamente os trabalhadores do nosso bairro.

Mas, afinal... cá só há armazéns para a pastilha, e a única mão-de-obra portuguesa é aquela que se disse atrás.

E à custa de «bons negócios» como este, que a «Galinha» foi enchendo o papo. Assim, em 1973, a **Gallina Blanca, Indústrias Alimentares, Lda.**, aumentou o capital de 1800 contos para 3000 contos, dos quais 2400 são da Gallina Blanca, SA Espanhola.

O sócio-gerente é **Tito Manuel Neves Magalhães Basto**, que ainda possui os seguintes «tachos», como sócio-gerente:

— de Tito Basto
— de Tito & Campos
— do Estabelecimento Tito Basto, Lda., e é presidente do conselho de administração da TRANSPLASTIC SA & BRB INTERNATIONAL MERCHANDISING DE MADRID, além de outros «tachos familiares»...

A família Basto ainda está ligada à família **Duarte Ferreira**, da Metalúrgica Duarte Ferreira (capital 150 000 contos), cujos 2000 operários não recebem salário há dois meses (e lutam contra isso).

Como se vê, a Gallina Blanca é um dos sítios onde esta família vai explorar os trabalhadores, utilizando a mão-de-obra dispersa pelo bairro, pois assim é mais difícil que os trabalhadores se conheçam e lutem contra estas pagas de fome.

Aproveitam-se de alguns de nós nos termos de sujeitar a este trabalho, por necessidade, para nos pagar esta miséria.

A «VOZ DO CASAL VENTOSO» ESTÁ COM OS TRABALHADORES, CONTRA A EXPLORAÇÃO!

É PRECISO FORÇAR ESTES PARASITAS A PAGAR MAIS!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

(in «Voz do Casal Ventoso», n.º 4 — Novembro)

O TRABALHADOR ENCHE A PASTILHA, O PATRÃO ENCHE A BARRIGA

BAIRRO DO CERCO — DOCUMENTOS

(Contin. das págs. centrais)

7. **Suspensão imediata de todas as ordens de despejo que porventura estejam em curso;**
8. **Estudo justo e humano da atribuição dos escalões de rendas;**
9. **Realojamento dos moradores que sofreram ordem de despejo.**

Conscientes de que «Roma e Pavia» não se fizeram num dia mas certos também de que V. Exa. irá dar às nossas pretensões a prioridade e brevidade que cada número implica, expressamos a nossa crença firme de que agimos norteados na defesa dos mais sãos princípios da Democracia que todos pretendemos instaurar neste Portugal que amamos.

BAIRRO CERCO DO PORTO

— INFORMAÇÃO AOS MORADORES

Como é do conhecimento dos moradores do Bairro existe uma Comissão eleita democraticamente numa reunião realizada em 15 de Maio de 1974 no Centro Social deste Bairro.

Esta Comissão tem vindo a exercer uma acção conjunta com Comissões dos outros Bairros Camarários para a elaboração de um caderno reivindicativo único. Para tal realizaram-se já três plenários no Centro de Formação Profissional Acelerada, no Cerco do Porto, com a presença de 13 bairros.

Pede-se a todos os moradores que estejam atentos a quaisquer atitudes da Câmara Municipal em relação à habitação e as levem ao conhecimento desta Comissão.

Para qualquer esclarecimento e informação sobre todo o trabalho realizado e recolha de sugestões a Comissão está no Centro Social nos seguintes dias da semana:

Segundas, quartas e sextas, das 21.30 às 23.30 horas.

A COMISSÃO, Abílio Latourette (Bloco 11 Ent. 10 C/11); Alberto Camelo (Bloco 31 Ent. 67 C/33); Bernardino de Sousa (Bloco 15 Ent. 442, C/ /41); Henrique Guimarães (Bloco 4 Ent. 1144 C/42).

CONSTRUÇÃO CIVIL (SUL)

(Contin. das págs. centrais)

COMB. — E como é que actua a comissão pró-sindicato? Quer dizer, a comissão pró-sindicato actua de maneira diferente da comissão provisória, ouve os trabalhadores, faz reuniões com os trabalhadores? Qual era a actuação da comissão pró-sindicato?

OP. A. — **Mais ou menos daquilo que a gente tem sido sabedores, eles têm feito determinadas reuniões ali para os lados de Infantaria Um, diz-se que até numa sala da CDE. Uma ocasião eu fui lá ouvi-los e digo quanto é franco, vi lá meia dúzia de homens, todos já com uma certa idade. Ora eles são homens já alguns..., todos eles vá lá mesmo, acima dos seus 50 anos.**

Se forem eles que de facto vão para a frente dos destinos do sindicato, não vejo verdadeiramente aqueles homens dinâmicos, aqueles homens com força e não vejo por isto, porque são homens já com uma certa idade. Dentro do nosso sindicato devem ter rapazes novos, dinâmicos, cheios de força e vontade, e então pessoas que mais ou menos saibam ter uma determinada experiência da vida, para poder lutar por qualquer um de nós trabalhadores. Só os vejo e já isso tenho presenciado é o seguinte: qualquer coisa que haja quando falam com eles dizem: — «eu fui preso político», por isto ou por aquilo. Quer dizer, consoante eles afirmam só os presos políticos é que têm valor. Eu acho que isso não está muito bem certo, porque se formos a ver os homens do pró-sindicato por serem presos políticos são eles que têm valor, então o que há-de ser dos outros? Então, não têm valor nenhum?! Isso eu acho que não está certo.

No próximo número:
As eleições e a ocupação do sindicato

FIM ÀS LEIS FASCISTAS

De um leitor recebemos a seguinte carta:

(...) Reformado da Carris de Ferro de Lisboa com a importância de 950$50 por mês, obriguei-me a procurar novo emprego, onde tive lugar na FIAT Portuguesa. Depois de lá estar cinco anos, recebi uma carta da Caixa Nacional de Pensões, onde dizia que me era cancelada a reforma, o que aconteceu.

Resolvi escrever para o Exmo. Sr. Ministro das Corporações, levando a seu conhecimento que na empresa onde trabalhava havia reformados da P. S. P. e da G. N. R., que incluindo o chefe, que era tenente-coronel reformado, e que não tinham sofrido qualquer alteração no seu vencimento.

Passado algum tempo, recebi uma carta do referido Ministro, que me dizia que eu não me podia comparar com eles.

Estranhei esta resposta, a não ser que eu não seja português. Dirigi-me à Caixa Nacional de Pensões, depois de ter recebido uma carta da mesma, onde me dizia que eu teria de repor 76 308$10, dinheiro que eu tinha recebido indevidamente. Reclamei tal injustiça, mas de nada valeu, acontecendo que me fazem um desconto de 355$00 por mês, estando nesta data a receber 1775$00 por mês. Será que se pode viver com este dinheiro? Esta reposição começou em Maio de 1974.

Lamento que se tenham acabado com os fascistas e não se acabem com as leis dos mesmos.

R. N. C. — (21.11.74).

O CAPITAL DEVE PAGAR OS DIAS DE GREVE

Mesa Redonda

as direcções sindicais a direcção da luta, porque elas utilizariam esse remeter da direcção da luta para lixar completamente a luta e isto, é aqui sintomático quanto à posição dos sindicatos relativamente a lutas que escapam ao seu controlo. Aquilo que referia há bocado o camarada da TAP, sobre o aparecimento de formas de organização dos trabalhadores que não as englobadas pelos sindicatos, e foi esse facto que eles começaram a atacar na TAP. Parece-me que isto é que é importante, porque isto é que põe em causa o aparecimento de formas de organização dos trabalhadores que correspondem à sua evolução e que escapam ao controle dos sindicatos, e é isto que põe em causa a função dos sindicatos: pessoas que têm a carreira profissional de sindicalista vêem-se directamente ameaçados nos seus interesses, vêem-se ameaçados também eles próprios, portanto, isto ultrapassa a questão das ideologias políticas e remete mesmo para a própria situação destes indivíduos no próprio processo de produção.

SETENAVE—Um Trabalhador

Pusemos já à consideração da comissão dos trabalhadores o problema da imprensa da empresa. Fazia parte dela portanto o esclarecimento e a politização dos trabalhadores. Portanto cativar os trabalhadores de maneira a que eles passassem a interessar-se pelos problemas que lhe dizem directamente respeito e portanto tentar desvia-los duma certa indiferença que eles tinham para assuntos políticos. Portanto com base nisso nós achamos que os nossos comunicados nas assembleias dos trabalhadores, -as rias- sectoriais não seriam portanto suficientes por si, haveria problemas que seria necessário tratar, portanto, a outro nível que não seria possível tratar portanto a nível de assembleia de trabalhadores. Em face disso nós pensamos na elaboração deste jornal, do jornal da empresa que em princípio será portanto obra de todos os trabalhadores que trabalham na empresa.

Há assuntos, portanto, em que nós temos determinados problemas, como por exemplo sobre sindicalismo, em que não há uma grande colaboração por parte dos trabalhadores. Assim teremos que reconhecer, digamos, que há uma certa apatia dos trabalhadores para se pronunciarem, para se debruçarem sobre esse problema e então nós tentamos resolvê-lo recorrendo portanto a pessoas que digamos... com posições já assumidas a nível de sindicalismo e a outros níveis... mereçam, digamos a confiança de determinados grupos de pessoas e então fizemos recorrendo a isso. A outro nível portanto, ao nível do normal o problema que surge achamos que a imprensa da empresa é a maneira de conseguir explicar as posições que muitas vezes se tomam na empresa e que se não forem explicadas terão determinados problemas de serem compreendidas pelos trabalhadores. Achamos assim que o jornal deve ser o orgão no qual além de se pedir colaboração de todos os trabalhadores para todos os problemas que existem na empresa será ainda o orgão em que se fará a explicação de determinadas posições que se tomam a nível da empresa e que o capital ou que os trabalhadores tomam e que muitas vezes se não sendo explicadas passam desapercebidas dos trabalhadores. Pensamos que é essa uma das funções importantes da imprensa.

TRÓIA: O jornal deve funcionar na empresa como orgão clandestino ou legal?

SETENAVE—Um Trabalhador

Portanto quanto a mim haverá dois campos. Campo legal é o campo em que os trabalhadores têm possibilidades de legalmente exprimirem todas as suas posições sem serem atacados pelo capital. A partir da altura em que, por exemplo, haverá determinadas posições que não serão possíveis de explicar no jornal; determinadas atitudes como por exemplo imaginemos que havia uma necessidade de convocar todos os trabalhadores para a greve sem que essa greve fosse de facto, seguisse de facto os trámites legais por exemplo o da lei da greve que actualmente temos. Pois se houver uma imprensa clandestina dentro da empresa, achamos que será óptimo para até fazer apelo a essa greve. Depois dependerá ou não da aceitação que essa imprensa clandestina terá dentro da empresa.

TAP—Um Trabalhador

Quanto a mim parece-me que todos os jornais que levem a uma maior e melhor educação do trabalhador, a uma mais rápida e mais eficiente e fidedigna informação de todas e variadas formas são válidas e devem ser aproveitadas. A imprensa dentro da empresa pode tê-la ou mantê-la como arma e como orgão que tenha prestígio. É difícil, é muito difícil porque quer se comece com muito entusiasmo quer se comece com muita gente ao fim de muito pouco tempo são meia dúzia de pessoas que estão a trabalhar e o jornal ou o orgão vai perdendo o nome e vai não só não fazendo nada, acaba por não fazer por cumprir os seus objectivos, como acaba por cumprir objectivos opostos. Mas uma vez que estamos a iniciar formas de luta, eu acho que essa forma de luta não deve ser postergada mas deve ser utilizada até porque se num momento para o outro cairmos num clima de opressão, num regime de repressão que não permita uma luta informativa é evidente que a partir desse momento estão criadas todas as condições para que esse orgão duma ou de outra forma permaneça como elemento aglutinador da classe na clandestinidade.

TRÓIA—Trabalhador 2

A política desde o 25 de Abril até agora parece de muita importância.

Esta intervenção é meramente pessoal.

Quanto a mim o 25 de Abril aparece e teve como condição básica para essa necessidade que foi a luta dos povos irmãos das colónias. Não tenho dúvidas que se não fosse a luta dos povos das colónias o 25 de Abril não tinha aparecido ou pelo menos podia ainda demorar muitos anos pela nossa luta. Também acredito que se os capitalistas portugueses soubessem a evolução que os trabalhadores iam ter a partir do 25 de Abril, não tinham feito. E a dmonstrar esta minha opinião é que houve as tentativas do primeiro ministro Palma Carlos, depois o 28 de Setembro. Portanto aí os capitalistas parece que quiseram recuar com o processo que tinham posto em marcha. Ora a posição que eu acho que o MFA tomou em relação a isto, o programa deles não é de maneira nenhuma um programa de defesa dos interesses dos trabalhadores; é uma posição em defesa do capital; portanto eles foram obrigados a mudar. Contudo, estou crente que dentro do MFA existem elementos mais à esquerda; mas esses elementos já estão de alguma maneira comprometidos com o regime antes do 25 de Abril; que não podem recuar. Isso leva-nos a que nós, e que nós possamos organizar melhor. Antes do 25 de Abril era-nos muito restrito todas as possibilidades de organização, hoje poderemos ter mais um bocadinho de facilidade. Na situação dos trabalhadores, os trabalhadores não foram de modo nenhum beneficiados com a modificação do 25 de Abril e até a esta data. Não foram beneficiados porque os capitalistas, portanto, alteraram também o seu programa e uma das bases que eles tentaram logo foi diminuir o número de empregos para criar dificuldades aos trabalhadores. Um indivíduo que hoje se desempregue acho que tem mais dificuldades de arranjar trabalho do que tinha antes.

Ao mesmo tempo os partidos políticos existentes também atrofiam um bocado os trabalhadores. Portanto os trabalhadores não estão a ser convenientemente esclarecidos politicamente. No conjunto acho que nós temos que nos organizar melhor e vejo nessa organização as comissões dos trabalhadores como um elemento válido. Acho que os trabalhadores devem manter-se bastante unidos a partir dos locais de trabalho, devem apoiar estas comissões e que as comissões devem-se unir o máximo possível para que possam assim dificultar toda a acção que os capitalistas movem contra nós. Também acho que não temos um verdadeiro partido comunista que defenda os interesses dos trabalhadores e que é urgente todos nós trabalharmos no sentido da formação de um verdadeiro partido. Sabemos que só a linha da III Internacional é que define um verdadeiro partido comunista e sabemos que no momento actual ele não existe.

Portanto era só a opinião que eu queria fazer.

☐ QUERIA ASSINAR O COMBATE
(1 ano — 120$00; 6 meses — 60$00; apoio — 200$00)

☐ QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio _____$____

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C.-D.
LISBOA-4

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

FÁBULA ILUSTRADA

O PIDE E O GATO

O ONDE, O COMO E O QUANDO

Um colaborador deste jornal teve que ir à Comissão de Extinção da Pide (na Rua António Maria Cardoso) prestar declarações sobre as torturas praticadas por um antigo inspector.

«Teve que ir», não. Foi.

Podiam tê-lo convocado, assim como podiam ter chamado outras pessoas que passaram pelas mãos desse inspector ou conheciam casos de tortura com ele relacionados. Mas não convocaram e só a diligência de alguém que sabia da questão o levou lá.

Tanto mais bizarra a falta de convocatória, quanto o próprio Aspirante que se encarrega do processo afirma terem «faltas» de casos de tortura respeitantes a esse inspector.

Falta não têm. Só que esse inspector fez nas colónias quase toda a sua carreira e foi a torturar negros, mais do que brancos, que exercitou as suas aptidões.

Explicara-se já parte do como: sem convocatória, pelo esforço de alguém que o procurou, lhe descobriu a morada, o informou.

Agora se vê a outra parte: é em Portugal, não nas colónias, que os crimes da Pide são averiguados; os negros — que fosses brancos!

Quanto ao «quando» — são quandos. Uma série de dias.

O PRIMEIRO DIA

O aspirante fulano, da secção tal?... **Ah! os bocejos infindos dos marinheiros da portaria.** Mas que lhe quer? Depôr? Sobre um pide? Um inspector? **O telefone é sonolento, também. Vai e vem nos fios. Uma central telefónica que não consegue ligar para as secções, que não consegue encontrar o Aspirante, ou não sabe quem é.**

Mas as dificuldades processuais são o escudo do burocrata. Quanto mais dificuldades houver, menos os burocratas são incomodados, desde o contínuo até por aí acima, até à cúpula da máquina do Estado. E aprende depressa, o burocrata, a organizar o seu escudo, a criar as dificuldades que o preservam. O senhor traz convocatória?... Ah, se trouxesse... Agora assim...

Outros aproximam-se, sonolentos também. O acto de criação de dificuldades estimula o espírito gregário dos burocratas.

Por fim, o Aspirante fulano é localizado. Não está. E não se pode depôr a outro? **Que não, que só àquele, que é o que conhece o processo. Ali nos arredores ninguém o conhecia.** Mas já há muita coisa contra esse inspector. Mesmo assim quer depôr? **Ninguém, ainda agora, conhecia o processo. Lá sabem — quantos segundos depois? — que «há muita coisa» contra o inspector.** Mas há demais? **O burocrata hesita. Do que sente ao que diz medeia ainda um espaço. Por enquanto medeia um espaço. Depois, fará como nas outras repartições: ou convocatória, ou nada — que é a modos que um ou a bolsa ou a vida, na vida cívica. As dificuldades são a barreira, o adiamento é a esperança da preguiça — assim vai o burocrata vivendo. Rastejando.** Venha amanhã. Experimente amanhã. Agora vamos fechar. **Às quatro e meia se chegara. Eram cinco da tarde. Fecham às cinco pelos vistos.** Ainda se tivesse convocatória... **Suspira o burocrata, desalentado. O burocrata fala desalentado para desalentar os outros. Como o bocejo — é contagioso.**

Na Rua António Maria Cardoso, na ex-sede da ex-pide ex-DGS, funciona, a fechar às cinco e com convocatória, a comissão de extinção de uma polícia que nunca fechara, nem de dia nem de noite — nem pedia convocatórias...

SEGUNDO DIA

O segundo dia é logo a seguir ao primeiro, à hora dita, para o mesmo Aspirante, na mesma secção. Onde é? onde não é? Um marinheiro, rapazito, procura, o depoente atrás, pelo dédalo das instalações desertas. Ou desertadas.

Onde é? Para a esquerda. Para a direita. Em frente. **Ouve-se de tudo. Não são indicações de um percurso — são sugestões! Sobe-se e desce-se. Pergunta-se em salas, umas vazias, outras não. Encontra-se por fim a tal secção.**

E, dentro da secção, o tal Aspirante.

O Aspirante que é encarregado do processo do tal inspector.

Disse-se ao que se ia. Sem convocatória. Mais três pessoas sentadas. Uma lendo o jornal. Outra não fazia nada. Outra não fazia nada. Acaba por se achar melhor que se leia o jornal, na comissão de extinção da Pide. Ao menos sempre é uma instrução. Pois é... esse inspector... e tem coisas a dizer? Pois é... passe por cá para a semana. **Assim mesmo: daí a uma semana.**

O inspector, esse, não esperava para interrogar. Mas esperam agora, para serem interrogados os que lhe passaram pelas mãos.

Corre-lhe o tempo por conta.

Estão presos, mas mandam no tempo.

SEGUNDO DIA — OUTRA CENA

E não é possível ver os processos em que se está denunciado? Alguns deles têm uma génese esquisita; há provocadores que se podiam detectar, talvez. Pelo menos, há as denúncias feitas, que parece elementar direito serem conhecidas pela vítima delas. **Que não pode ser.** «Num futuro muito distante» **(textual)** num futuro muito distante, talvez. **Mas, por agora,** daria tanto trabalho.

Ao fundo do corredor, num canto, silencioso e discreto, um gato negro, de coleira e guizo, espreitava. Seria do tempo da outra senhora, o gato, ou trazido pelo 25 de Abril? Talvez seja essa a novidade de fundo, ali, o gato negro nos corredores da ex-Pide.

TODAS AS HISTÓRIAS TÊM UMA MORAL. A MORAL DESTA:

Cinquenta anos de Pide é muitos pides. Cinquenta anos de informadores é mais pides ainda. E mais os provocadores! Lenta, a burocracia do novo regime roda sobre o esqueleto da antiga polícia. Não a dissolve, nem a destrói — CONGELA-A. Destruí-la é matá-la, aniquilá-la, rebentar completamente com ela, de forma não só a que mais nenhum dos seus elementos possa erguer a cabeça, mas de modo a que todos os explorados e todos os oprimidos aprendam nessa destruição os mecanismos da polícia, para que não voltem a existir mais polícias.

Mas a burocracia resguarda-se. É como que invisível a sua face exterior, e só os novos burocratas, de dentro, podem contemplar os antigos — conhecem-se. A alma é a mesma.

A comissão de extinção da Pide não existe. Existe uma repartição que pegou na polícia de Salazar e Marcelo tal como ela estava na noite de 24 de Abril, ou até na madrugada do 25, e a DEIXOU ASSIM, congelada, de conserva.

Só os explorados, só os oprimidos, podem destruir as polícias. Mas destruí-las então verdadeiramente: sem comissões. Organizando nós próprios, nas nossas mãos, DIRECTAMENTE E SEM INTERMEDIÁRIOS, a repressão contra os antigos exploradores, e contra aqueles que se propuserem a novos.

Ainda a conclusão

Mas — dirá o leitor atento — porque é que isto é uma fábula?

Fábulas não são histórias que metam animais?

É por causa do gato que esta é uma fábula. Do gato preto que se passeia nos corredores da comissão de extinção, silencioso, discreto e sonolento, como um gato. Como um burocrata.

Mas, camaradas, quem entrega aos gatos a sua defesa? É esta a moral da história.

Uma verdadeira moral de fábula.

OS TRABALHADORES DA TRANQUILIDADE ESTÃO EM LUTA

Contra as injustiças sociais

Contra os privilégios

Contra a exploração dos trabalhadores

Contra o capital monopolista

Pela justa distribuição das riquezas entregando-as a quem trabalha

Pela elevação e dignificação das classes trabalhadoras

Contra as manobras do capital

NÓS LUTAMOS POR UMA MAIOR JUSTIÇA SOCIAL

Do há muito que as gratificações concedidas pela Tranquilidade, constituem fonte de profundo descontentamento das massa trabalhadoras da empresa, conscientes das desigualdades que as envolviam.

— 10 % do pessoal, todo ele de chefia, recebeu 4.200 contos (78 % da verba total).
— Uma minoria dos restantes 90 % do pessoal, recebeu 1.200 contos (22 % da verba total).

Esta situação enquadra-se perfeitamente no sistema capitalista, em que o patronato, a troco de uma distribuição elitista da riqueza por TODOS produzida, ALIENA E DIVIDE AS MASSAS TRABALHADORAS.

Os trabalhadores reunidos em Plenário de 29/Outubro/1974, fazendo uma análise serena e correcta do problema decidiram abolir as Gratificações e fazer distribuir equitativamente por todos os trabalhadores a verba de 5.400 contos já orçamentada para este ano.

A nossa justa reivindicação, a administração desta casa, respondeu, com intrigas, provocações, manobras tendentes a quebrar a unidade dos trabalhadores, apoiando-se em caducos legalismos e deturpando a seu favor aqueles que saíram depois do 25 de Abril com a única intenção de defender os trabalhadores.

A TODAS ESTAS MANOBRAS, NÓS TRABALHADORES DIZEMOS NÃO.

FACE À SUA NEGAÇÃO FOMOS OBRIGADOS A USAR A NOSSA FORÇA A FORÇA DE QUEM TRBALHA.

NESTA SEQUÊNCIA ENCONTRAMO-NOS NUM SISTEMA DE PARALISAÇÕES INTERMITENTES, PARA AS QUAIS PEDIMOS O APOIO DE TODOS.

OS TRABALHADORES
DA COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

COMISSÃO SINDICAL DE EMPRESA

Execução gráfica: MIRANDELA & C.ª — LISBOA 2 ● Administração e Redacção (provisória): AV. SANTOS DUMONT, 48, R/C.-Dto. — LISBOA ● Distribuidora: REGIMPRENSA, SARL